



1290000471



TCC/UNICAMP V434i



Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia

Daniella Varoni

As Idéias em seu Lugar?

Revisão crítica das principais obras do
sociólogo Fernando Henrique Cardoso

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do professor
Plínio de Arruda Sampaio Jr.

TCC/UNICAMP
V434i
IE/471

Campinas, 2001

CEDOC/IE

**Aos meus pais,
grandes lutadores e amantes,
que são e sempre serão a razão da minha eterna
vontade de viver...**

Para Viver um Grande Amor

"Para viver um grande amor, preciso é muita concentração e muito siso, muita seriedade e pouco riso - para viver um grande amor.

Para viver um grande amor, mister é ser um homem de uma só mulher; pois ser de muitas, poxa! é de colher... - não tem nenhum valor.

Para viver um grande amor, primeiro é preciso sagrar-se cavalheiro e ser de sua dama por inteiro - seja lá como for. Há que fazer de corpo uma morada onde clausure-se a mulher amada e postar-se de fora com uma espada - para viver um grande amor.

Para viver um grande amor, vos digo, é preciso atenção como o "velho amigo", que porque é só vos quer sempre consigo para iludir o grande amor. É preciso muitíssimo cuidado com quem quer que não esteja apaixonado, pois quem não está, está sempre preparado para chatear o grande amor.

Para viver um grande amor, na realidade, há que compenetrar-se da verdade de que não existe amor sem fidelidade - para viver um grande amor. Pois quem trai seu amor por vaidade é desconhecedor da liberdade, dessa imensa, indizível liberdade que traz um só amor.

Para viver um grande amor, il faut, além de ser fiel, ser bem conhecedor de arte culinária e de judô - para viver um grande amor.

Para viver um grande amor perfeito, não basta ser apenas bom sujeito; é preciso também ter muito peito - peito de remador. É preciso olhar sempre a bem-amada como a sua primeira namorada e sua viúva também, amortalhada no seu finado amor.

É muito necessário ter em vista um crédito de rosas no florista - muito mais, muito mais que na modista! - para aprazer ao grande amor. Pois do que o grande amor quer saber mesmo, é de amor, é de amor, de amor a esmo; depois, um tutuzinho com torresmo conta ponto a favor... Conta ponto saber fazer coisinhas: ovos mexidos, camarões, sopinhas, molhos, estrogonofes - comidinhas para depois do amor. E o que há de melhor que ir pra cozinha e preparar com amor uma galinha com uma rica e gostosa farofinha, para o seu grande amor?

Para viver um grande amor é muito, muito importante viver sempre junto e até ser, se possível, um só defunto - para não morrer de dor. É preciso um cuidado permanente não só com o corpo mas também com a mente, pois qualquer "baixo" seu, a amada sente - e esfria um pouco o amor. Há que ser bem cortês sem cortesia; doce e conciliador sem covardia; saber ganhar dinheiro com poesia - para viver um grande amor.

É preciso saber tomar uísque (com o mau bebedor nunca se arrisque!) e ser impermeável ao diz-que-diz-que - que não quer nada com o amor.

Mas tudo isso não adianta nada, se nesta selva obscura e desvairada não se souber achar a bem-amada - para viver um grande amor..."

Vinicius de Moraes

Ao meu mestre e amigo,
Plínio,
obrigada pela paciência, dedicação e
por todo conhecimento e sabedoria que me passaste...

O que é o que é

*“Eu fico com a pureza
Das respostas das crianças
É a vida, é bonita e é bonita
Viver
E não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
a beleza de ser um eterno aprendiz
Eu sei que a vida devia ser bem melhor
e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita e é bonita
E a vida ? E a vida o que é
diga lá, meu irmão ?
Ela é a batida de um coração ?
ela é uma doce ilusão ?
Mas e a vida ?
Ela é maravida ou sofrimento ?
Ela é alegria ou lamento ?
O que é, o que é, meu irmão ?
Há quem fale que a vida da gente
é um nada no mundo
É uma gota, é um tempo
que não dá um segundo
Há quem fale que é um divino
mistério profundo
É o sopro do criador
numa atitude repleta de amor
Você diz que é a luta é prazer
Ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer
pois amada não é e o verbo é sofrer
Eu só sei que confio na moça
e na moça eu ponha a força da fé
Somos nós que fazemos a vida
como der ou puder ou quiser
Sempre desejada
por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte
só saúde e sorte
E a pergunta roda
e a cabeça agita
fico com a pureza
da resposta das crianças
É a vida, é bonita e é bonita...”*

Gonzaguinha

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	06
 CAP. I - INTRODUÇÃO: OS RUMOS E DEBATES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO	
1. <u>A Construção da Indústria no Brasil: O Modelo de Desenvolvimento por Substituição de Importações.....</u>	08
2. <u>O Debate dos anos 60: os Dilemas da Economia Brasileira.....</u>	10
3. <u>A reversão da economia brasileira no final dos anos sessenta.....</u>	13
4. <u>O que estava errado ?.....</u>	14
5. <u>Pós-milagre, a inflexão do crescimento.....</u>	16
 CAP. II UMA BREVE LEITURA DAS PRINCIPAIS IDÉIAS DE FHC	
A) Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico na Periferia.....	19
1. <u>As economias subdesenvolvidas no novo contexto capitalista mundial.....</u>	19
2. <u>Origem dos movimentos sociais em sociedades subdesenvolvidas.....</u>	22
3. <u>Características da ação empresarial no Brasil.....</u>	26
4. <u>Mentalidade dos empreendedores.....</u>	29
5. <u>Política e Ideologia: a Burguesia Industrial.....</u>	31
 B) Dependência e Desenvolvimento nas economias latino-americanas.....	 36
1. <u>A necessidade de um novo procedimento metodológico para uma análise integrada do desenvolvimento.....</u>	37
2. <u>Processo de industrialização por substituição de importações: desenvolvimento “para fora”.....</u>	38
<i>i) Economias com o controle nacional do sistema produtivo</i>	
<i>ii) As economias de enclave</i>	
3. <u>O período de transição.....</u>	40
<i>i) O momento de transição nas sociedades com produção controlada nacionalmente</i>	
<i>ii) As economias de enclave no momento de transição</i>	
4. <u>Processo de desenvolvimento voltado para a expansão do mercado interno e as forças sociais e políticas representadas pelo nacionalismo e populismo</u>	46
<i>i) A industrialização Liberal</i>	
<i>ii) Desenvolvimento Nacional-Populista</i>	

iii) O modelo do Estado desenvolvimentista

5. <u>Os limites estruturais do processo de industrialização voltado ao mercado nacional</u>	52
6. <u>A abertura dos mercados internos e o controle externo</u>	53
7. <u>O novo caráter da dependência no processo de desenvolvimento das periferias</u>	54

C) O Novo Modelo Político Brasileiro57

1. <u>Política e desenvolvimento</u>	57
2. <u>Industrialização, dependência e política na América Latina</u>	58
3. <u>O modelo político brasileiro pós 1964</u>	61
4. <u>Marginalidade e Participação social na América Latina</u>	65
5. <u>Dependência e Imperialismo</u>	68

CAP. III A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO71

1. <u>Introdução</u>	71
2. <u>O Desenvolvimento Econômico Capitalista</u>	72
3. <u>Industrialização e Integração social</u>	74

CAP. IV FHC SOCIÓLOGO VERSUS FHC POLÍTICO

1. <u>FHC sociólogo versus FHC político</u>	82
2. <u>Afinal, quem foi eleito?</u>	89

BIBLIOGRAFIA.....90

INTRODUÇÃO

A escolha pela área da teoria do desenvolvimento econômico foi estimulada por um simples motivo: a minha ânsia de tentar compreender as razões que levaram o Brasil a ser um país de tantos “defeitos”. Buscava também a possibilidade de enxergar uma solução ou um caminho que nos guiasse ao desenvolvimento econômico nacional.

Sendo Fernando Henrique Cardoso o atual presidente da República do Brasil, e já que em suas mãos encontra-se parte do futuro desta Nação, o objetivo maior aqui buscado é o de tentar compreender as bases filosóficas do seu atual governo, de suas ações políticas e das direções econômicas e sociais em processo. Trata-se de conhecer quem é e o que pensa Fernando Henrique Cardoso, como intelectual e sociólogo, e de compreender se o presidente diverge do sociólogo.

O que pude constatar, no decorrer deste trabalho, é que Cardoso e eu almejamos diferentes tipos de desenvolvimento econômico para o Brasil. Desde de 1994, Cardoso governa este país baseando-se na idéia de que o desenvolvimento econômico possa ser alcançado através, simplesmente, da industrialização. Integração social, bem-estar da população e soberania não estariam, portanto, incluídos em seu projeto desenvolvimentista. Infelizmente, este fato só me fez concluir que minha busca pelo caminho que levará um dia este país, e os demais países da América Latina, ao que considero como o verdadeiro desenvolvimento econômico nacional, terá que prosseguir por mais algum tempo.

Este trabalho dividiu-se em quatro partes: no primeiro capítulo buscamos apresentar os contextos históricos nos quais estão inseridos os principais debates sobre desenvolvimento econômico nos países da América Latina, durante as décadas de sessenta e setenta, e nos quais inserem-se também as principais obras de Fernando Henrique Cardoso. No segundo capítulo, sistematizamos as principais idéias de Cardoso, baseando-se em três de suas principais obras, são elas: o “*Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*” (1964), “*Dependência e Desenvolvimento Econômico*” (1970) e “*O Modelo Político Brasileiro*”. No terceiro capítulo, buscamos compreender, com base em suas obras,

a maneira como Cardoso pensa a relação entre desenvolvimento capitalista dependente e formação do Estado Nacional e o nexó entre a industrialização e a integração social. Por último, no quarto capítulo, apresentando o debate gerado em torno da possível divergência existente entre o sociólogo e o político Fernando Henrique Cardoso, tentamos compreender quem, afinal, foi eleito para governar, por mais de um mandato, a sociedade brasileira.

CAP. I - INTRODUÇÃO: OS RUMOS E DEBATES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

1. A Construção da Indústria no Brasil: O Modelo de Desenvolvimento por Substituição de Importações

A década dos cinquenta, principalmente em meados da sua segunda metade, foi um período marcado por grandes transformações estruturais na economia brasileira. No início da década ocorre um processo de reordenamento do Estado Brasileiro que criaria condições institucionais e financeiras para a expansão da sua infra-estrutura básica e de sua base industrial (transporte e energia). Mas é na segunda metade dos anos cinquenta que as transformações são mais significativas.

A industrialização brasileira sofreu transformações estruturais decisivas sob o impulso do Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1960), período caracterizado por um rápido e contínuo crescimento industrial e marcado por grandes transformações qualitativas na estrutura industrial brasileira. Esta diversificou-se significativamente, tornando possível a formação de um núcleo industrial até então não existente, com a instalação no país de indústrias automobilísticas, de construção naval, de materiais elétricos pesados e de outras máquinas e equipamentos, permitindo assim uma importante ampliação do setor de bens de capital e do de bens de consumo duráveis. Simultaneamente, expandiram-se consideravelmente indústrias básicas como a siderúrgica, a de metais não-ferrosos, química pesada, petróleo, papel e celulose.

Um fator externo determinante para estas transformações encontra-se no contexto internacional do pós-guerra. Após a reconstrução europeia, a concorrência entre as economias europeias e norte-americana acirrou-se, sendo necessário a busca por novos mercados por estas economias. Iniciou-se um processo de internacionalização produtiva, que enxergava o Brasil como um grande mercado potencial aos produtos daquelas economias e suas empresas. O Estado brasileiro teve grande importância neste processo, com função coordenadora, na

medida em que realizava no período uma política deliberada de atração de capitais externos, o que viabilizou a realização de grandes investimentos externos diretos no país, além de criar saldos no balanço de pagamentos mais favoráveis.

Com base numa estrutura que refletia uma divisão de tarefas no processo de industrialização do país, articulada pelo Estado, e composta pelo capital estrangeiro, num contexto de acirrada competição por novos mercados à escala internacional, e pelo capital privado nacional, processou-se uma verdadeira transformação na estrutura industrial do país¹. O resultado final deste processo de reestruturação industrial no Brasil foi um crescimento acelerado em toda a indústria de transformação, principalmente nos novos ramos como o de transporte, material elétrico e de comunicações.

Mas a partir do início dos anos sessenta esse quadro de intenso dinamismo inverte-se, apresentando seus primeiros sinais de esgotamento. Entre 1962 e 1967, a economia brasileira atravessa a sua pior fase do pós-guerra. A taxa de crescimento do PIB, que em 1961 foi de 10,3%, reduziu-se para 5,2% em 1962 e para 1,6% em 1963, resultado da forte desaceleração do crescimento industrial, que se torna praticamente nulo em 1963. Tal desaceleração atinge toda a indústria de transformação, principalmente nos ramos que haviam apresentado elevadas taxas de crescimento no período de expansão anterior, acompanhada por forte contração do investimento nestes setores. O início da década de sessenta caracteriza-se por uma rápida e profunda inflexão nas taxas de crescimento do produto industrial, e conseqüentemente, nas do produto total.

Mas o maior de todos os problemas do país era o seu quadro institucional desfavorável ao desenvolvimento econômico. As reformas institucionais realizadas durante o período do PAEG - o primeiro plano de estabilização econômica no regime militar - foram fundamentais para a recuperação da economia a partir de meados de 1967. Elas estiveram associadas a uma substancial elevação das receitas do setor público (reformas tributárias), ao rápido crescimento da dívida pública (num primeiro momento, gerada para o financiamento do déficit fiscal), à

¹ Ver SERRA, J. , em *Ciclos e Mudanças estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra - Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, org. Belluzzo, L.G. e Coutinho, R., vol. 1, Ed. Brasiliense, pp. 66

organização de um subsistema especializado de crédito ao consumidor e de financiamento à construção habitacional (SFH). Implicaram também numa progressiva liberação das importações, no afrouxamento da legislação sobre o capital estrangeiro e em incentivos às exportações. Provocaram ainda uma violenta compressão salarial (reajustes salariais passaram a ser calculados abaixo dos índices inflacionários) visando a redução dos custos primários no setor industrial, e havia também a intenção de organizar um subsistema privado de financiamento ao investimento, mediante a criação de bancos de investimento e do desenvolvimento do mercado de ações (open market).

Tais medidas permitiriam assim o restabelecimento do equilíbrio do setor público com a redução do déficit fiscal e criariam condições de controle da inflação, além de serem fatores que estimulariam a atividade econômica. E foi a política de estabilização do PAEG que acabaria determinando os rumos da recuperação econômica ao período posterior

2. O Debate dos anos 60: os Dilemas da Economia Brasileira²

Devido à crise econômica do início dos anos sessenta, abriu-se um debate entre vários intelectuais brasileiros sobre os rumos que a economia brasileira deveria seguir, uma vez que o modelo de desenvolvimento até então vigente, baseado no processo de substituição de importações³, teria atingido o seu estágio final. Fazia-se necessário um novo modelo de desenvolvimento, efetivamente autônomo, que considerasse todos os problemas estruturais até então existentes.

Esta conclusão era uma premissa mais ou menos aceita entre os economistas da área. Para vários países da América Latina, o modelo por substituições não pôde avançar por dificuldades de natureza “física”, como a não existência de uma estrutura industrial

² Ver TAVARES M. C.- Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil, em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ensaios Sobre a Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, pp.115

³ O processo de desenvolvimento baseado no modelo de substituição de importações é impulsionado por estrangulamento externos, que acabam dinamizando o setor de bens de consumo a fim de suprir uma demanda até então existente e contida pela restrição externa. As importações destes bens, ao serem substituídas, expandem o próprio mercado interno, gerando uma demanda derivada de bens de capital e produtos intermediários, a qual, por sua vez, resulta em novo estrangulamento externo levando a uma outra onda de substituição, e assim por diante.

suficientemente diversificada, problemas com a dimensão relativa do mercado, a falta de muita disponibilidade de recursos materiais e humanos, entre outros. No caso do Brasil, entretanto, por apresentar problemas distintos, o processo de substituição avançou consideravelmente mais em relação aos demais países latino-americanos, atingindo um grau de desenvolvimento industrial já suficiente para “poder” substituir “fisicamente” uma série de itens de sua pauta de importações. Mas os impactos da perpetuação daquele modelo no Brasil, como afirma Tavares, não seriam muito positivos, uma vez que tal modelo conduziria o país à uma desaceleração do crescimento da economia, devido à problemas referentes à sua composição de importações e à problemas relacionados com a demanda⁴.

Cabe lembra ainda que neste debate, devido ao esgotamento daquele modelo de desenvolvimento, existia em certos meios intelectuais e políticos a crença de que grande parte das economias latino-americanas encontrava-se, a médio e longo prazo, frente a uma situação de estagnação estrutural, ou ainda, de insuficiência dinâmica. Celso Furtado apresenta esta tese em seu artigo “*Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um Enfoque Estruturalista*”⁵, vinculando a estagnação econômica à perda de dinamismo do processo de industrialização apoiado na substituição de importações:

“(…) (Furtado) considera que a industrialização não foi de modo algum capaz de alterar substancialmente os padrões de distribuição da renda, altamente concentrados, herança da economia primário-exportador, falhando em criar um mercado socialmente integrado e orientando o mesmo para a satisfação da demanda diversificada dos grupos de rendas mais altas. Progressivamente, a ‘faixa’ de substituições possíveis e rentáveis foi-se restringindo a bens de consumo duráveis de maior valor e bens de capital que supõem, em geral, um coeficiente de capital por trabalhador mais alto que nas atividades ‘tradicionais’. A magnitude da

⁴ No que se refere ao problema da composição das importações, Tavares explica que “Dada a natureza dos bens que compõem sua atual nomenclatura, as substituições conduziriam a inversões com uma elevada relação capital-produto, ou seja, dariam lugar, pelo menos a curto prazo, a um processo de crescimento com rendimentos macroeconômicos decrescentes.”(pág. 116) Já do lado da demanda, os problemas estariam em esclarecer de onde sairia o estímulo para realizar as substituições que restavam fazer, isto pois, quando o processo de desenvolvimento por substituição de importações atinge uma fase avançada, por uma lado, “o que resta para substituir são essencialmente bens de capital, ou matérias-primas e materiais para investimento, e por outro, as indústrias de bens de consumo já atingiram a maturidade, esgotando a reserva de mercado que lhes era garantida pelo estrangulamento externo, este último deixa de ser ‘indutor’ do processo de investimento e, em consequência, para o crescimento, passando a ser apenas um obstáculo, em cuja superação, porém, já não pode ser encontrada a essência da dinâmica da economia.”(pág.117)

⁵ Artigo incluído em A. Bianchi (org.), *América Latina: Ensayos de Interpretación*, Santiago, Ed. Universitária, 1969, págs. 120-149.

demanda, em cada novo item a ser substituído, apresentava-se como relativamente pequena e isso teria criado importantes problemas de escala.”⁶

Portanto, tal processo tenderia assim, a médio e longo prazo, numa situação de estagnação econômica. Contudo, como o problema estratégico daquele período era o de transitar de um modelo de substituição de importações para um modelo auto-sustentado de crescimento, Tavares apresenta quatro alternativas estratégicas que, teoricamente, possibilitariam a reversão da crise.

A primeira alternativa apresentada por Tavares é um crescimento baseado, em grande parte, no montante e na composição do investimento governamental, supondo a continuação do estrangulamento externo e a manutenção da mesma estrutura de mercado. Os investimentos públicos teriam de melhorar as desconexões internas existentes no setores capitalistas de produção, sobretudo através de investimentos nos setores de infra-estrutura, além de ter que permitir a continuidade da substituição de importações nas indústrias intermediárias. No que se refere ao problema da distribuição de renda, esta tenderia a ser cada vez mais desigual entre o setor subdesenvolvido e o setor capitalista, sendo provável até mesmo uma piora na distribuição pessoal e funcional da renda neste último setor devido a baixa taxa de absorção da força de trabalho nos setores mais dinâmicos e ao ritmo de crescimento do setor.

A segunda alternativa visava maiores transformações internas, ou ainda, reformas de base, na qual o Governo seria obrigado a realizar inversões maciças no setor primário, financiando e estimulando por todos os modos os investimentos das regiões subdesenvolvidas do país, com o objetivo de aumentar o emprego e a produtividade nestes setores, dinamizando assim, no longo prazo, os setores capitalistas, mais modernos. As indústrias deste setor que receberiam mais estímulos seriam as de bens de produção, principalmente as de equipamentos por terem uma capacidade produtiva mais flexível, podendo se adaptar mais rapidamente aos novos tipos de demanda possivelmente geradas pelo Governo. Já as indústrias de bens de consumo durável não teriam vantagens a curto prazo. Em suma, era uma alternativa que visava dinamizar e expandir os setores subdesenvolvidos e tradicionais da economia,

⁶ TAVARES, M. C., op. cit., pág. 160.

resultando no aumento da renda média e do emprego deste setor, que no longo prazo, impulsionariam os demais setores, gerando um modelo autônomo de desenvolvimento com os dois setores crescendo concomitantemente.

As demais alternativas apresentadas supõe melhores condições externas que se modificariam, mantendo-se idêntica a mesma estrutura interna, o que resultaria basicamente, na melhora das exportações nacionais, ou via aumento do poder de compra, ou via diversificação oriunda do setor industrial. Contudo, tais alternativas não tratavam de nenhum tipo de reformas internas referentes à distribuição de renda ou melhora das condições dos setores de produção mais atrasados.

Apresentado tais alternativas, Tavares enfoca a dificuldade da economia brasileira de recuperar-se:

“Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa bastante difícil na qual os obstáculos fundamentais não residem tanto na sua complexidade intrínseca, senão no fato de que o País atravessa uma conjuntura em que numerosos e agudos problemas de curto prazo obscurecem as perspectivas de mais largo termo. Esse é talvez o mais grave desafio que têm de enfrentar atualmente os responsáveis pela política econômica no Brasil.”(pág. 123)

3. A reversão da economia brasileira no final dos anos sessenta

A reversão da economia brasileira, período chamado de Milagre Econômico Brasileiro, teve características diferentes das do período anterior ao PAEG com a economia brasileira atingindo extraordinárias taxa de crescimento do PIB. Esta mudança de comportamento, entre o final dos anos sessenta e início dos setenta, da economia brasileira teria sido resultado de basicamente três fatores: o primeiro refere-se ao cenário internacional. As economias internacionais passavam de maneira sincronizada por crises recessivas muito fortes, iniciando-se assim mais uma etapa do processo de internacionalização produtiva, que teve início no pós-guerra, que foi a da internacionalização “financeira”, na qual o ritmo dos fluxos de capitais era realizado fora das fronteiras nacionais por intermédio de bancos de todo o mundo. O segundo fator refere-se a política econômica adotada no segundo governo militar e às suas mudanças na direção. O terceiro fator foi a contribuição dada pelas reformas institucionais que constituíram toda a base para que ocorresse a recuperação econômica do

país, proporcionando melhores condições de financiamento do gasto público, a elevação das receitas públicas, a reestruturação do sistema institucional de crédito ao consumidor, criando incentivos às exportações, entre outros aspectos.

A recuperação do setor de duráveis de consumo ocorreu devido a ampliação do crédito e pelo surgimento de um novo mercado de consumo, este gerado pela acentuação da desigualdade na distribuição de renda. Já o setor de construção civil foi reativado devido ao programa habitacional (camadas de média e alta renda que passaram a adquirir casa própria) financiado pelo então criado Sistema Financeiro de Habitação.

Associado a estes fatores havia ainda a capacidade ociosa existente na indústria nacional, o que possibilitou o aumento da produção sem a necessidade de inversões no setor de bens de capital. Os investimentos públicos também foram elementos ativadores e dinamizadores da economia. A partir de 1970, com a capacidade ociosa já quase inteiramente consumida, as taxas de crescimento no setor de bens de produção começaram a se elevar novamente, fazendo com que a recuperação da indústria de bens de produção acontecesse somente depois da expansão do setor de duráveis. No período auge deste ciclo de crescimento da economia brasileira, entre 1971 e 1973, os setores produtores de bens de capital atingem, em conjunto, uma taxa média de crescimento extraordinária da ordem de 39% ao ano⁷. A taxa de investimento chegou a atingir, entre 1972 e 1973, cerca de 27%, nível efetivamente elevado para qualquer economia capitalista.

4. O que estava errado ?

A depressão da economia que ocorria desde o início dos anos sessenta é acentuada em meados da década, deliberadamente, através de medidas que resultaram numa drástica política de compressão salarial cujos efeitos sobre a economia foram ambivalentes, pois, por um lado, reduziram-se os custos das empresas, e por outro lado, reduziu-se também a demanda corrente (por consequência do rápido declínio da demanda de importações de bens de

⁷ TAVARES, M.C. e BELLUZZO, L.G. Notas Sobre o Processo de Industrialização recente no Brasil - *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, ensaios sobre a crise, vol. 1 org. Belluzzo, L.G. e Coutinho, R., vol. 1, Ed. Brasiliense, pp.122

produção, resultante da redução dos investimentos, ocorre o desaparecimento dos “estrangulamentos externos”, durante os anos de 1964 e 1965). São medidas funcionais do ponto de vista da luta contra a crise e da passagem a uma nova etapa de desenvolvimento capitalista. Ocorreu uma reconcentração da atividade industrial e comercial, eliminando-se parte da capacidade produtiva que saturava o sistema, com evidentes efeitos positivos sobre a eficiência produtiva. Já a política de compressão salarial alterou substancialmente a distribuição funcional da renda em favor dos lucros das empresas que tinham melhores condições de sobreviver, significando um aumento na concentração da renda no país.

Neste contexto, Conceição Tavares e Serra, em *Além da Estagnação*⁸, afirmam que a crise econômica de meados da década de sessenta expressou uma transição a um novo estilo de desenvolvimento capitalista que supunha, dada a existência de uma base produtiva adequada, um novo esquema de concentração do poder e de renda, bem como novos mecanismos de estímulo adequados a etapa seguinte de integração com o capitalismo internacional. Portanto, tal crise não poderia ser vista como a estagnação da economia brasileira, apesar da acentuada redução da taxa global de crescimento verificado entre 1962-1967. A acumulação da economia brasileira teria baseado-se na acumulação interna dos lucros das empresas que encontravam-se num mercado em processo de reestruturação, que alimentavam-se da grande disparidade entre o ritmo de crescimento dos salários e o da produtividade e por uma série de subsídios ao capital concedidos pelo setor público. Ou seja, a acelerada acumulação interna das empresas ocorreu mediante ao aumento do excedente extraído da força de trabalho incorporada às atividades urbanas, que conseqüentemente reduzia drasticamente o salário real dos trabalhadores, permitindo elevadas taxas de lucros às empresas líderes.

A crise estaria então superada com o aumento da acumulação capitalista no país, coexistindo com o aumento da concentração da renda, ou ainda, com a ampliação da pobreza absoluta no Brasil. A pobreza, os anacronismos sociais, a superpopulação excedente

⁸ TAVARES, M.C. e SERRA, J. *Além da Estagnação*, em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ensaio Sobre a Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, p.173

permanentemente marginalizada e a superexploração da força do trabalho eram vistos assim como desvinculados dos determinantes da acumulação de capital⁹.

A visão de Tavares e Serra encontra-se num contexto histórico bastante específico da economia brasileira que levou à concepção de que:

“(...) já não havia mais incompatibilidade entre imperialismo e consolidação de sistemas econômicos nacionais. A presença de burguesias dependentes com maior capacidade de negociação no cenário internacional - fenômeno relacionado com o complexo equilíbrio geopolítico da Guerra Fria - induziu à superestimativa do grau de autonomia das economias periféricas. O interesse do capital internacional em aproveitar as oportunidades de investimento geradas pelo processo de substituição de importações mediante o deslocamento de unidades produtivas - interesse associado a uma fase específica do movimento de internacionalização do capital - levou à inferência de que já não havia oposição irreduzível entre imperialismo e industrialização periférica.”¹⁰

É neste quadro histórico na qual se insere a obra *“Dependência e Desenvolvimento na América Latina”*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que defende a tese de que o dinamismo das economias periféricas tem de ser visto como o produto de dois processos condicionados, por um lado, pelas forças internas representadas basicamente pelo Estado, pela burguesia industrial nacional e pelos movimentos internos sociais e políticos, e por outro lado, pelas forças externas representadas pelos interesses dos capitais externos. A conclusão fundamental dada por Cardoso e Faletto é de que dependência e desenvolvimento poderiam não somente coexistir numa mesma economia como também não seriam excludentes, em outras palavras, o desenvolvimento poderia ser alcançado ainda que o país continuasse dependente economicamente via associação do capital nacional privado com o capital internacional, resultando num estímulo à entrada de investimento estrangeiros, e portanto, na expansão da economia periférica. De acordo com esta visão, industrialização significaria desenvolvimento.

⁹ Há aqui a discussão sobre a maneira com que Conceição e Serra vêem o desenvolvimento econômico nacional, que estaria sendo confundido com o conceito de crescimento econômico. Plínio Arruda Sampaio Jr. Expressa claramente esta idéia: “(...) Abandonadas as preocupações com os determinantes do processo de realização dinâmica, os dilemas do desenvolvimento são reduzidos à formação bruta de capital. Assim, redefinida como a problemática da industrialização capitalista retardatária, os desafios da industrialização nacional converteram-se em uma questão de acumulação de capital. Apagada a distinção entre desenvolvimento capitalista nacional e acumulação de capital, a problemática do desenvolvimento confundiu-se com a discussão sobre crescimento econômico.” SAMPAIO, P.S.A.Jr., *Entre a Nação e a Barbárie... Tese de doutoramento...*, 1997, p. 55

¹⁰ ARRUDA, P.S.Jr., op. cit. P. 36

5. Pós-milagre, a inflexão do crescimento

Retomando à nossa contextualização histórica, é importante destacar aqui que o “Milagre econômico” foi apresentado como o sucesso do regime militar brasileiro, no qual o país obteve uma de suas maiores taxas de crescimento do PIB com redução da taxa inflacionária.

Mas o cenário econômico apresenta novas mudanças. A partir de meados de 1974, nota-se a inflexão deste crescimento, ocorre um forte declínio do ritmo de expansão da economia e a taxa de crescimento do PIB declina de 14% para 9,8%, entre os anos de 1973 e 1974, e para 5,6%, em 1975. Referente ao crescimento do produto industrial a retração foi ainda mais brusca: de 15,8% para 4,5%, entre 1973 e 1975¹¹.

Foi neste período também em que estava sendo posto em prática o mais importante e concentrado esforço do Estado brasileiro desde o Plano de Metas, no sentido de promover modificações estruturais na economia, que foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento. A grande especificidade do II PND foi o fato dele ter sido formulado e em parte implementado, a partir de 1974, quando a economia brasileira esgotara a fase expansiva iniciada no final dos anos setenta e a economia mundial entrava em sua mais severa recessão desde os anos 30.

O II PND tinha como um dos seus principais objetivos fortalecer a indústria privada nacional no setor estratégico de bens de capital. A prioridade do governo era financiar as empresas nacionais via poupança financeira interna, que recebiam ainda subsídios do setor público, sendo que as empresas estatais teriam de recorrer à empréstimos de bancos privados internacionais. Iniciava-se paralelamente a tais financiamentos a implantação de uma série de projetos públicos, visando o aquecimento da economia.

Contudo, havia grandes problemas na economia brasileira, como a inflação e os déficits no balanço de pagamentos, que somados aos choques externos dos anos setenta (choque do petróleo em 1973, o segundo choque do petróleo e o choque dos juros norte-americano em meados da década), direcionava a economia brasileira à uma trajetória de crise

¹¹ SERRA, J., op. cit., p. 97

cambial, levando à reversão de toda a programação do II PND, e significando, basicamente, na fratura no compromisso estratégico do II PND de manter certo índice de nacionalização, na ampliação do grau de estatização da dívida externa brasileira e na atuação extraordinária da chamada “ciranda financeira”.

Todos esses fatores dificultaram a recuperação da economia brasileira durante os anos posteriores, principalmente, considerando-se a situação precária das empresas estatais. Os bancos internacionais não pararam totalmente de conceder empréstimos ao país, entretanto, reduziram a taxa de crédito e os prazos destes empréstimos, e aumentaram os custos financeiros dos créditos via aumento das taxas de juros, prejudicando mais as contas públicas. Mas é no início dos anos oitenta, com a moratória mexicana, que a restrição externa torna-se total aos países em desenvolvimento como o Brasil. A economia brasileira recorre ao FMI e às políticas recessivas de ajuste fiscal, mas que acaba resultando numa trajetória de moratória da economia em meados de 1986.

Dentro deste contexto histórico apresentado é que se inserem as principais obras do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, *“Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico”*, *“Dependência e Desenvolvimento na América Latina”* e *“O Modelo Político Brasileiro”*. Devido às importantes contribuições destas obras dentro das discussões desenvolvimentistas e sócio-econômicas, o objetivo deste trabalho é realizar uma leitura dos referentes trabalhos e, dentro deste dado contexto, o de compreender as idéias de FHC sobre o papel da burguesia dependente no desenvolvimento nacional, destacando-se as relações entre desenvolvimento capitalista e formação do Estado nacional, acumulação de capital e integração social.

CAP. II UMA BREVE LEITURA DAS PRINCIPAIS IDÉIAS DE FHC

A) Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico na Periferia¹²

Dentro das teorias sócio-econômicas acerca a ação empresarial e a função dos empreendedores no processo de desenvolvimento capitalista, em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, Fernando Henrique Cardoso procura analisar a mentalidade dos empresários nos países em desenvolvimento, e suas respectivas ações empresariais, e ainda de que maneira se processam as transformações do capitalismo industrial sobre aquelas estruturas empresariais.

1. As economias subdesenvolvidas no novo contexto capitalista mundial

A primeira idéia apresentada por Cardoso relaciona-se com as transformações geradas na gestão administrativa empresarial e na estrutura produtiva das economias capitalistas modernas na fase monopolísticas da produção em massa, ou ainda, no período da reorganização do capitalismo mundial (formação de blocos regionais e incorporação dos antigos países coloniais ao mercado) entre as décadas 50/60.

Dentre elas encontramos a redefinição nas técnicas de comando e controle, praticadas nas organizações econômicas empresariais que resultou na diversificação da camada proprietária, e surgimento de crescente mobilização de grande volume de recursos, necessária às inversões nas economias altamente desenvolvidas. A produção capitalista neste processo vai perdendo aquele caráter de produzir por produzir, na busca do lucro e via a expropriação de trabalhadores, tornando-se o capitalismo moderno numa disputa entre capitalistas financeiros: a busca pelo lucro sem a mediação da produção. As funções empresarias básicas mantêm-se no capitalismo moderno, ocorrendo entretanto transformações nas condições de produção do lucros, na qual o empreendedor moderno cumpre duplamente a função de inovar para obter lucros.

¹² Tópico baseado na obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, CARDOSO, F.H., Difusão Européia do

Redefiniu-se também a função dos empreendedores nas economias subdesenvolvidas, assim como suas ações e mentalidade. Entretanto, foram transformações distintas das ocorridas no período clássico do desenvolvimento do capitalismo, desde que as condições do mercado internacional, sociais e econômicas e o padrão industrial eram pois diversas.

Primeiramente, destaca Cardoso, não podemos crer que o processo de desenvolvimento ocorrido nos países capitalistas avançados possa ser aplicado aos países subdesenvolvidos, que visam alcançar o desenvolvimento, uma vez que tal transição poderia não passar, necessariamente, pelo capitalismo. Para entendermos melhor este ponto, Cardoso redefini a noção de subdesenvolvimento, determinando cientificamente as condições que dão sentido à noção de desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento econômico tem em vista um tipo particular de sociedade, que seria aquela centralizada numa economia capitalista, com a apropriação privada dos meios de produção, formada pela superposição de classes sociais. Não podem ser apenas caracterizadas como sociedades dinâmicas e expansionistas, em contraposição às sociedades tradicionais de economias estacionárias. Analogamente, o “subdesenvolvimento” não pode ser definido apenas como uma “sociedade tradicional” ou como uma “sociedade arcaica”, nem mesmo como uma sociedade (ou economia) agrária. A noção de nação subdesenvolvida só se torna significativa quando há uma referência implícita numa determinada relação entre um tipo particular de sociedade com outra que é “desenvolvida”.

Sendo assim, subdesenvolvimento e processo de desenvolvimento são noções que supõem tipos determinados de dominação e processos sociais que não são puramente econômicos, no sentido tradicional em que o “mercado” é o princípio regulador fundamental da vida econômica. O resultado deste tipo de análise é que notamos que:

“subdesenvolvimento não equivale ao não desenvolvimento em geral, mas, ao contrário, é uma forma de exprimir a existência de um tipo de desenvolvimento, sem referência ao qual torna-se uma noção abstrata”.¹³

A relação entre estas duas sociedades é que exprimem o modo capitalista de produção e que nos permitem assim compreender cientificamente o processo de desenvolvimento no “mundo ocidental”.

Se faz necessário ainda considerar que o processo de desenvolvimento desenvolve-se de acordo com um “jogo de variáveis”, ou ainda, por um conjunto de ações realizadas que modificam uma certa estrutura. Sociologicamente, este processo deve ser entendido como a transformação de um tipo de estrutura (num sentido mais amplo) noutra tipo de estrutura econômica-social, dinamizado por “movimentos sociais”. Na passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, a resistência e os impulsos existentes dentro de uma sociedade não são “fatores”, mas “interesses” e “oposições” sociais”, que dinamizam os “movimentos sociais”. Há sempre, nos processo de transformações, a mediação de uma luta que reflete a tensão entre interesses e objetos sociais diversos num duplo sentido, interno e externo: altera-se a posição de uma sociedade particular no conjunto das sociedades e modifica-se internamente a posição das camadas desta sociedade que se está desenvolvendo. Deste modo, os movimentos sociais que expressam estas relações são os resultados de uma situação criada pelas condições para o desenvolvimento, que representam neste processo os interesses e os propósitos que os animam. Portanto diz-se que:

“Estrutura e Estratégia não guardam entre si relações de paralelismo: interpenetram-se”¹⁴

A dinâmica social numa sociedade pode ser explicada, portanto, pela determinação das “possibilidades estruturais” que se abrem aos movimentos sociais e pelas ideologias, estratégias e motivações que desencadeiam e orientam socialmente a ação. O processo de desenvolvimento seguido por uma sociedade dependerá sempre da direção que os movimentos sociais assumirem - socialismo, capitalismo, privatismo, etc. - que não serão resultados “necessários” de uma situação “dada”, mas impulsionados por um conjunto de estruturas possíveis que vão surgindo, daí a interpenetração entre estrutura e estratégia, sendo que esta pode ser vista como um resultado da busca por transformações naquela.

¹⁴ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 71

Diante de todas as considerações feitas até aqui, Cardoso equaciona a problemática da “transição” na sociedade brasileira considerando que:

“(…) para se explicar concretamente o desenvolvimento econômico brasileiro, é preciso opor às interpretações que vêem no mecanismo de ‘forças’ que operam no sistema econômico as molas que conduzem a uma idílica ‘sociedade industrial’, uma análise que ressalte a natureza destas ‘forças’. Sem referência aos interesses sociais, aos objetivos e às decisões transformadas em ação de grupos antagônicos (dentro e fora do Brasil), a análise acaba por retirar da história o nervo político, dando por suposto pacificamente o que não é verdadeiro: que a civilização industrial destrói a oposição dos interesses de classes e o choque entre as nações. A prevalência da influencia de uns e de outros grupo resultará, como é evidente, em tipos diversos de sociedades industriais, nas quais o próprio mecanismo econômico - para não falar no sistema político e nos critérios de estratificação social - será regido por padrões diferentes.”¹⁵

2. Origem dos movimentos sociais em sociedades subdesenvolvidas

Mas como, numa sociedade subdesenvolvida, surgem as aspirações, motivações e tipos de ação capazes de dinamizar uma sociedade tradicional, ou ainda, como foi possível realizar e organizar os “movimentos sociais” que visavam um novo modelo de sociedade em países subdesenvolvidos? E que formas o processo de desenvolvimento assume para verificar se as aspirações, motivações e objetivos dos grupos sociais em movimento coincidem com o padrão estrutural de desenvolvimento finalmente alcançado?

Diferentemente do que ocorreu nas economias subdesenvolvidas, durante o processo do desenvolvimento do capitalismo originário, a expansão do capitalismo industrial explica como a burguesia se constitui num grupo empresarial e na camada dominante de cada sociedade, e ao mesmo tempo, numa classe de conquistadores. No caso brasileiro, as camadas dominantes tradicionais constituíram o principal ponto de apoio do imperialismo e do imobilismo social e, em oposição a estas camadas vinculadas ao subdesenvolvimento, o proletariado e a burguesia industrial urbana aparecem como os prováveis núcleos sociais dinâmicos do desenvolvimento (somado aos setores intelectuais e militares da classe média urbana).

¹⁵ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 80

Contudo, ainda que existissem vínculos entre a iniciativa privada e os primeiros passos da industrialização brasileira, o que se nota até meados da década de 50 é a indústria brasileira concentrada nos ramos tradicionais de tecelagem e alimentação, com práticas empresariais rotineiras, sendo que os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram nem a formular uma política nacional de industrialização, e nem a organizar, portanto, focos e grupos de pressão neste sentido. Com isto, referente à questão sobre quais grupos sociais teriam provavelmente rompido com a estagnação anterior, a tese de FHC diverge daquelas que vêm na iniciativa privada, ou ainda, na burguesia empresarial, a mola propulsora do desenvolvimento e da modernização do Brasil¹⁶.

No Brasil, até os anos cinquenta, nota-se capitais aplicados nos setores que, a curto prazo, davam maiores lucros, num movimento contínuo de adaptação gradativa às circunstâncias econômicas. Fazia-se necessário uma ação econômica que realizasse modificações estruturais na economia, de longo prazo, que resultassem em incentivos aos investimentos. Porém, numa economia subdesenvolvida, onde as taxas de acumulação não são altas, a burguesia brasileira não conseguia ser autônoma em suas decisões econômicas, e assim, a iniciativa privada só tinha condições de se lançar ao desenvolvimento ou com o apoio maciço de recursos externos de capital, ou com o apoio estatal.

A associação com o capital internacional não ocorreu no país até antes de 1950, e depois, foi mais uma consequência do impulso desenvolvimentista do que sua causa. O apoio estatal ocorreu, ainda que indiretamente, com o setor privado nacional crescendo paralelamente às iniciativas estatais, estas direcionadas à construção de uma infra-estrutura e indústria básicas à industrialização brasileira.

FHC cita dois momentos sociologicamente importantes que ocorreram durante o processo de industrialização do país. No primeiro, a aspiração ao progresso e à independência

¹⁶ “(...) Nas análises da maioria dos autores ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (I.S.E.B.) – aos quais se deve a maior parte dos trabalhos sobre o desenvolvimento – a aliança entre estas duas classes (burguesia industrial e proletariado) parece ter possibilitado o impulso desenvolvimentista. Como o proletariado é, na etapa de formação do capitalismo, muito mais o objeto da ação empresarial burguesa que o agente do processo de dinamização econômico-social, as consequências políticas dessa análise são grandes, pois a ‘burguesia nacional’ surge como a esperança e a razão de ser do desenvolvimento econômico e da modernização do país.” CARDOSO, F. H., (19..) op. cit. Pág. 82

nacional permitiram a definição de alvos capazes de acarretar, a longo prazo, mudanças estruturais baseadas na emancipação econômica e em inversões estatais nos setores de infraestrutura e nas indústrias básicas e planejamento. No segundo, o setor industrial brasileiro adere à ideologia desenvolvimentista sem, contudo, concordar com os valores de cunho estatizantes que buscavam a emancipação econômica, ou seja, a burguesia industrial discordava da necessidade da intervenção pública na economia. No jogo entre estes dois momentos as intenções e idéias iniciais não coincidiram com os resultados:

“Os grupos sociais que organizaram movimentos pela ‘emancipação econômica’ não suspeitavam que, no momento seguinte, a burguesia nacional poder-se-ia aliar aos ‘interesses estrangeiros’, e os setores industriais da burguesia nacional, refratários à ação do Estado e, em princípio, contrários a quaisquer intervenções estatais na economia, não imaginavam que seriam os maiores beneficiários dos movimentos favoráveis à intervenção pública na economia do país.”¹⁷

A iniciativa privada assume então a liderança do processo de desenvolvimento, num primeiro momento, que, para expandir sua indústria, precisou se integrar ao capitalismo internacional perdendo parte de sua autonomia. A via alternativa que poderia ter sido adotada seria a da realização de uma revolução política, liderada pela própria burguesia industrial, que superasse a dependência externa e que permitisse a integração de grande parte da população marginalizada ao desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo que mudanças na estrutura social vigente eram desejadas, elas também eram rejeitadas, uma vez que esta mesma estrutura é a que sustentava e preservava a própria burguesia brasileira, implicando no fato de que as mudanças deveriam ocorrer, porém, limitadamente, sem que fossem totalmente radicais de modo que poderiam pôr em risco as possibilidades políticas de controle da situação.

Na passagem do primeiro para o segundo momento da industrialização, sob a hipótese de que a burguesia industrial, no primeiro momento, não impulsionou o processo de mudança social, Cardoso define os grupos sociais que teriam pressionado a antiga ordem para transformá-la, através de reivindicações “desenvolvimentistas”. Estas teriam surgido nos

¹⁷ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 85

grupos “técnicos” das classes médias que, por sua vez, somaram-se a um novo personagem que surgia na cena política do país, as massas populares:

“ (...) transformações na estrutura das inversões econômicas capazes de estimular o desenvolvimento autopropulsionado, possibilitou a formação de novos grupos sociais e a redefinição do estilo de política. Em termos concretos, a diferenciação da estrutura social fez-se pela integração parcial de segmentos das populações rurais ao sistema urbano de produção e pela ampliação do setor de ‘serviços’ e dos empregos burocráticos e técnicos ligados ao setor privado da economia que absorveram uma parcela das classes médias tradicionais e permitiram a incorporação de imigrantes e seus descendentes às camadas médias urbanas da população.”¹⁸

Com as alterações estruturais, o controle político do Estado Nacional também teria sofrido modificações, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, e abertamente, quando se voltou em 1946 ao sistema representativo-eleitoral. Formou-se uma pequena burguesia urbana (“as novas classes”) cujas aspirações e cujos modos de vida definiam-se fora dos quadros tradicionais de existência. As “massas populares” coexistiam com a sociedade tradicional, mas nela não se integravam. A presença destas novas classes significava um fator de desequilíbrio na sociedade, ou ainda, de dinamismo na sociedade tradicional, já que coexistiam no Brasil uma pequena classe social privilegiada, que gozava dos efeitos positivos criados pela modernização (padrão de consumo importados dos países avançados), e uma miséria crescente do meio rural que invadia as cidades.

As elites dirigentes, diante destes desequilíbrios e pressões, tinham na solução dos “problemas econômicos nacionais” a condição de sobrevivência política da “Nação”, ou melhor dizendo, a condição para a manutenção da estrutura de poder e do sistema político democrático vigente, impulsionando o processo e mudanças sociais no primeiro momento do processo de industrialização brasileiro:

“Os contingentes rurais não absorvidos parcialmente expuseram aos políticos e às camadas urbanas os riscos da ação de massas (...) por estes motivos criaram-se em alguns círculos responsáveis da Nação novas disposições para modificar a situação economicamente precária, e tentar absorver politicamente as camadas populares.”¹⁹

¹⁸ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 86

¹⁹ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 87

A idéia do nacionalismo visto sob uma ótica desenvolvimentista tornou-se um movimento de inspiração, criado pelas elites intelectuais, que direcionaria as aspirações das massas populares, manipulando-as:

“Teve a burguesia sagacidade e realismo para não hesitar onde os outros haviam vacilado: transformou rapidamente o nacionalismo em ‘mera ideologia’, fazendo da falsa consciência (...) tendo o interesse de classe para dar sentido à sua ação, lançou-se com o ardor ao ‘desenvolvimentismo’ e fez esquecer em cinco anos o que o movimento nacionalista levaria cinquenta para tornar verdade para todos: que a ‘independência nacional’ conseguida através do planejamento estatal e da intensificação dos investimentos públicos era o caminho para o desenvolvimento”²⁰

3. Características da ação empresarial no Brasil

As análises realizadas por Cardoso até então mostram que a ação dos empreendedores no processo de desenvolvimento econômico só poderia ser compreendida como parte de um processo mais geral de mudança social. Supor a ação empresarial como autônoma levaria a equívocos e não permitiria a determinação concreta do sentido que se pode atribuir efetivamente a função dos empreendedores no processo. O autor passa então a discutir as características da ação empresarial no Brasil, as transformações ocorridas nesta e as possibilidades inovadoras que se abrem aos empresários.

Inicialmente, Cardoso analisa a passagem das formas tradicionais de controle familiar dos empreendimentos industriais para novos tipos de controle burocratizado e mais “moderno”. O fato do padrão de direção das empresas brasileiras basear-se na autoridade obtida pelo controle da propriedade, que em geral, encontrava-se nas mãos de grupos familiares, é visto como um tipo de interferência, nas decisões administrativas, que limitava restringia as possibilidades de maior eficiência, racionalização e expansão dos empreendimentos. Tal fato resultava ainda na exclusão de pessoas mais capacitadas tecnicamente e de especialistas no quadro administrativo, que acaba restringindo-se aos familiares apenas.

²⁰ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 91

O medo pela perda do controle do empreendimento é um dos fatores que interferiam na gestão das empresas com controle familiar, em geral, o que resultava na manutenção do padrão familiar de administração, e por consequência, na perda de muitas oportunidades de expansão das empresas, valorizando-se ainda mais a rotina²¹, sobretudo nas regiões onde o ritmo de mudança social não abalou as estruturas tradicionais e familiares.

Nas empresas paulistas com mais de 499 empregados, a modernização administrativa começava a afetar as práticas organizatórias tradicionais, durante os anos cinquenta e sessenta, ao contrário do que ocorria com as empresas com mais de 20 empregados, caracterizadas predominantemente pelo controle familiar. Até 1950, mesmo nas grandes empresas, tal tipo de controle ainda tinha grande peso, sendo que deste ano em diante verificou-se uma intensa diversificação das formas de gestão, principalmente, devido ao surgimento de alianças entre grupos financeiros e empresas estrangeiras.

Outro fator de grande importância são as tendências inovadoras que vão surgindo no interior destas empresas pela presença de pessoas com qualificação profissional de nível superior. O que se observa é uma maior e crescente instrução dos novos dirigentes das empresas, a “segunda geração” de industriais, que tiveram um papel fundamental no processo de modernização das empresas brasileiras, uma vez que se tornaram dirigentes mais abertos às inovações e mais capazes de pô-las em prática. Entretanto, cabe observar que o processo de reorganização dos quadros dirigentes industriais não se realizou de um modo rápido e teve de enfrentar muita oposição por parte dos grupos industriais tradicionais, que mantinham seus valores tradicionais mesmo reconhecendo suas gradativas perdas na participação nos mercados em que estavam inseridos.

A persistência deste padrão de controle “irracional” das empresas não decorre, entretanto, de um simples “atraso cultural”, e nem de mera inadequação da “mentalidade empresarial” à nova situação de mercado, afirma Cardoso. Havia várias razões associadas às condições peculiares do processo de industrialização no Brasil que permitiam tal persistência. A primeira refere-se à instabilidade econômica do país que dificultava a determinação de

²¹ Neste contexto, o termo “rotina” é entendido como a continuidade de uma tradição familiar.

decisões empresariais baseadas numa racionalização completa. O governo, que exerce controle sobre a política financeira-cambial, poderia modificar as políticas de uma hora para outra, o que exigiria rápidas modificações nos objetivos e programação das empresas. O país não possuía um plano econômico para os industriais seguirem, sendo que freqüentemente o governo mudava suas orientações econômicas e financeiras. Assim, a não previsibilidade econômica no país obrigava os empresários a tomarem decisões rápidas, e guiadas mais por uma certa “sensibilidade econômica” do que pelo conhecimento técnico dos fatores que afetavam a empresa:

“A delegação de autoridade e a racionalização das formas de controle pode resultar, nesta conjuntura, em perdas graves, que a ação pronta e ‘irracional’ (isto é, não controlada por meios técnicos) do chefe de empresa pode evitar.”²²

A persistência das formas tradicionais de controle também foi uma consequência do relacionamento de dois fatores que caracterizavam o mercado brasileiro dos anos 60: a conjuntura dos altos lucros e a concorrência relativamente frouxa. À medida que a concorrência foi se tornando mais dinâmica, algumas empresas passaram a modificar este padrão de controle. As que não eram capazes de sustentar uma posição relativamente significativa no mercado, ou eram expulsas dele ou passavam a trabalhar em mercados com demandas mais marginais, ou com o tempo, associavam-se a grupos melhores equipados e mais fortes financeiramente. Porém, o ritmo destas transformações era lento, principalmente porque a estrutura econômica e o mercado brasileiro conseguiam fazer conviver empresas de padrão técnico relativamente elevado com empresas de baixa produtividade.

A marginalização das empresas que não conseguiam sustentar uma posição significativa no mercado era resultado de dois problemas, ou por perda de capacidade empresarial, que normalmente resultava no não reinvestimento do capital produzido que somente acabava sendo consumido pelos próprios empreendedores, ou por falta de capitais suficientes para continuarem expandindo os empreendimentos, o que causava atrasos tecnológicos e, portanto, em perda de concorrência.

²² Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 106

A questão então é: por que tais empresas não arranjavam novos capitais para investimentos? Primeiro temos que considerar que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo, durante os anos sessenta, buscava o desenvolvimento industrial acelerado, baseado na inversão de capitais estrangeiros nas indústrias mecânicas e pesadas. Este modelo foi em grande parte possível devido a uma série de vantagens dada aos investidores externos pelo governo (exemplo da Instrução 113). Este fato significou um grande desafio para a antiga camada industrial brasileira que, em desvantagem concorrencial, tinha dois caminhos a seguir: ou ampliavam suas indústrias, remodelando-as através de novas formas de organização e gestão, ou marginalizavam-se, associando-se com as organizações internacionais. Para a remodelação de suas indústrias, o industrial brasileiro necessitava de novos capitais, porém, o que notamos é que a aquisição de uma nova base tecnológica e reformulações internas nas organizações requeria inversões de montante superior aos lucros obtidos por tais empresas e, portanto, a inversão dos lucro era um caminho impossível. A alternativa seria a de se obter recursos mediante, principalmente, de “fraudes fiscais e contrabandos”, além de terem uma série de subsídios oferecidos pelo Estado. Entretanto, a melhor saída foi a de se associarem aos grupos empresarias estrangeiros, num primeiro momento visando a obtenção de favores cambiais na importação de equipamentos, mas ao longo do tempo, estas associações intensificaram-se, resultando numa “desnacionalização” quase que inteira das indústrias brasileiras.

Explica-se assim como as transformações da economia capitalista moderna influenciavam as ações empresariais no Brasil, e como e porque a função dos empresários brasileiros, como classe social, diferenciava-se da notada nos países capitalistas desenvolvidos.

4. Mentalidade dos empreendedores

Cardoso analisa ainda as modificações na mentalidade e na ideologia dos empreendedores que caracterizam suas ações econômicas empresarias. Mas o que seria mentalidade empresarial ? Na definição de Cardoso, mentalidade empresarial existe,

formalmente, numa economia capitalista concorrencial quando os industriais alcançam consciência da necessidade de “estar à frente dos concorrentes” e esta consciência os leva a praticar determinados tipos de ação econômica que garantam às suas empresas uma “posição vantajosa” no mercado. A racionalidade da ação empresarial inovadora estaria relacionada com a realização de lucros, sendo que este tem de estar adequado aos “meios” (técnico e científico) utilizados para obtê-los. Uma representação desta racionalidade, por exemplo, pode ser notada quando uma prática empresarial, que foi compatível com o objetivo do lucro no passado, tem que ser substituída por um outro processo mais “racional” e eficaz.

Contudo, estas relações que dinamizam e dão sentido à produção capitalista desenvolvida não ocorreriam no Brasil, naquele período, já que as empresas mantinham o objetivo do lucro sem relacioná-lo diretamente com o desenvolvimento da base técnica da produção, sem anseios por inovações, criando estímulos para a manutenção de práticas tradicionais e distorcendo as potencialidades reais de crescimento industrial.

Isto pode ser explicado pelo fato e ritmo de como ocorreu a industrialização brasileira através do modelo de substituição de importações. Este resultou num processo de desenvolvimento industrial que permitia a acumulação rápida de capitais, com as empresas tradicionais lançando-se à produção industrial sem ter tido tempo, capitais e pressão da concorrência. Como o mercado consumia independente do preço e qualidade, os empresários produziam com baixa qualidade, adquirindo altos lucros. Claramente, as expectativas de altas margens de lucro estimularam também a introdução de empresas mais modernas em alguns setores de produção, entretanto, como o preço interno era fixado pelo preço teórico da mercadoria estrangeira se ela pudesse ser importada e não pelos custos industriais reais, chegava-se a uma situação em que os preços eram fixados em função das empresas de mais baixa produtividade, garantindo portanto altos lucros para as mais modernizadas e a manutenção das obsoletas. Como consequência, gerou-se uma “dualidade tecnológica” no mercado brasileiro, principalmente, nas regiões mais pobres cujas áreas de consumo eram mais protegidas pela concorrência pela distancia em que se achavam dos setores produtores mais dinâmicos do país.

Portanto, como para algumas empresas não existia o problema da concorrência, o que limitava a expansão da produção não era o mercado, mas sim o capital e a possibilidade de reduções nas margens de lucro. Neste contexto, o que se percebia na mentalidade dos empresários brasileiros era a persistência de práticas rotineiras de produção e a manutenção de expectativas de êxito econômico não relacionados com o apuro técnico da administração e da produção. Era a chamada “industrialização extensiva”.

A consequência imediata desta situação é o apego que muitos industriais revelavam à procura de lucros através de especulação ou de manobras políticas e fiscais. O dirigente industrial brasileiro guiado por sua mentalidade empresarial procurava assim, cada vez mais, influir junto aos Governos para obter concessões, empréstimos, isenções, entre outras vantagens, sendo que a manutenção do “mercado fechado” era justificado como sendo um fator necessário para a construção de uma “indústria nacional”. Contudo, isto resultava também na manutenção de padrões arcaicos nas atividades econômicas e na mentalidade dos industriais, que consideravam a experiência do antigo empreendedor, e assim os padrões rotineiros, fundamental para a manutenção da ordem na empresa e na resolução de possíveis problemas, desconsiderando a modernização nas formas de gestão e na base tecnológica.

Entretanto, começava a surgir no país um tipo de liderança industrial exercida por pessoas cujo grau de consciência dos problemas empresariais estava longe de refletir uma visão tradicional da economia e da prática industrial. As empresas, preocupadas com a reorganização técnica e administrativa constante e com o aumento da produtividade, refletem um novo tipo de liderança industrial, a dos “homens-de-empresa”. Estes não mais baseavam suas ações na busca pelo lucro rápido obtido pela manutenção do mercado ou de favores governamentais, mas na busca por uma “indústria verdadeira” e pela construção do capitalismo no Brasil.

Diante do estado e da sociedade, os “homens de empresas”, que tinham uma filosofia nítida de participação ativa na condução dos problemas nacionais, visavam garantir uma ordem social que permitisse a expansão da “iniciativa privada”. O resultado disto foi a interferência crescente dos grandes industriais, tradicionais ou inovadores, na política, a fim de

obter vantagens que permitissem a expansão de suas empresas, ou no caso dos “homens de empresa”, da Indústria, e não somente da sua indústria. Fazem assim com que o país veja nos interesses da “classe produtora” os interesses da “Nação”, que ficariam associados, por sua vez, com o desenvolvimento capitalista no país, independente da origem dos capitais que se instalavam.

5. Política e Ideologia: a Burguesia Industrial

A fim de completar todas as análises realizadas até então sobre os mecanismos sociais de recrutamento dos dirigentes, o controle das empresas, as características da mentalidade dos principais empreendedores industriais, Cardoso passa a considerar os industriais enquanto classe social, concentrando-se na análise de três pontos centrais: as condições sociais de formação da burguesia industrial, a forma pela qual os industriais tomam consciência dos problemas do “desenvolvimento econômico” e as perspectivas políticas da burguesia industrial.

No que se refere a formação da burguesia, Cardoso atribui ao acelerado crescimento industrial brasileiro que ocorrera de forma relativamente contínua, durante os anos cinquenta e sessenta, o fato pela qual a burguesia industrial tenha se constituído numa camada social de maneira muito rápida, resultando numa classe social composta por diferentes segmentos e grupos sociais, por grupos de imigrantes de um lado e, de outro, por segmentos de antigas camadas senhoriais que se dedicavam à agricultura ou às exportações. Os primeiros teriam surgido em maior número, mas os segundos é que detinham maior influência política.

Assim, apesar dos industriais brasileiros terem se constituído numa camada social, no conjunto não agiam como pertencentes de uma mesma camada social já que existiam diferentes modos de pensar, sentir e agir dentro do grupo, dificultando a formação de uma ideologia industrial capaz de “nortear a ação de todos em função dos interesses comuns”. (pág. 161) Eram portanto uma classe social heterogênea.

Os diferentes segmentos que formavam a burguesia industrial nacional não se viam como constituintes de uma mesma classe social, mesmo desconsiderando-se os diferentes

interesses que eventualmente possuíssem²³. Os ideais de cada empreendedor acabavam se dirigindo ao atendimento dos interesses pessoais, como podemos notar no seguinte depoimento:

“Assim, os problemas ‘da indústria’ ou ‘da economia nacional’ contam, em regra, muito pouco diante dos problemas ‘da minha organização.’ Não raro, de fato, o apelo aos interesses gerais apenas esconde propósitos exclusivamente pessoais.”²⁴

O comportamento da camada industrial pode ainda ser evidenciado pela forma como ela encara as condições de industrialização e as perspectivas de desenvolvimento. Por não terem suas decisões e ações baseadas numa teoria consistente, o empresário brasileiro acaba por agir conforme as modificações que ocorriam na política governamental e nas decisões dos investidores estrangeiros:

“Isto quer dizer que qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento e do próprio desenvolvimento acaba apontando um beco sem saída e que, portanto, a ação econômica dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico.”²⁵

Ademais, a não definição enquanto classe social de interesses homogêneos e a não ligação direta com o governo, faz com que o industrial brasileiro assuma uma forma ideológica vinculada aos interesses do povo

“(...)o industrial vê-se subjetivamente com o povo e por isso mesmo tem maiores probabilidades de ser reconhecida como tal. Não se identificando com o Governo, pois em parte não está objetivamente a ele ligado, o empresariado tira o máximo de proveito do fato de ser classe economicamente dominante sem ser de forma total camada politicamente dominante: exige como povo proteção e benesses; influi como burguesia na obtenção de seus desígnios; reclama como Nação os desmandos da política governamental; e paga como sócio comanditário

²³ Tal fato foi exemplificado através do depoimento de um dos entrevistados pelo autor: “Há três categorias de industriais (no Brasil): 1- os ‘edificadores’, que são filhos de antigas famílias empobrecidas mas dignas, que conseguiram reerguer a cabeça; 2- os ‘nobres’, filhos dos que edificaram indústrias e que, nascidos em berço de ouro, passam a dissipar a fortuna; 3- os ‘imigrantes’ e destes nem é bom falar...”. Continua Cardoso “O exemplo mostra a persistência de padrões estamentais de avaliação em pessoas cuja atividade prática concreta está longe de orientar-se por valores equivalentes” (pág. 162) Sendo assim, percebe-se que os industriais ditos tradicionais negam situar-se numa mesma classe social que imigrantes, por exemplo, “... não percebem que a relação econômica que separa os homens em grandes grupos no processo de produção (capitalistas e operários) também os une em cada grupo (classe burguesa, classe proletária), independentemente de quaisquer outras condições ou interesses que possuam.”

²⁴ Cardoso, F. H., (19..) op. cit. Pág. 164

²⁵ Cardoso, F. H., (19..) op. cit. Pág. 168

do Poder o preço do clientelismo que garante a persistência da dominação política das classes médias tradicionais e dos proprietários rurais.”²⁶

Desta maneira, o industrial associa a industrialização com o progresso do país, como se industrializar fosse a solução dos problemas econômicos da nação. O operariado deveria ter então a consciência de que participa de um empreendimento que beneficia a nação por inteiro e não somente os industriais. Esta não definição enquanto uma classe social acaba sendo um fator favorável na medida em que ela, não se julgando como classe dominante, consegue o “apoio” da sociedade e do operariado e ainda desenvolve suas ações de acordo com a posição que, conscientemente, ocupa no mercado e no processo. Permite também que o industrial julgue o que é bom não só para a Nação como para o próprio operariado, pregam o livre mercado do trabalho como sendo o caminho para o desenvolvimento e rejeitam assim a “proteção do Estado”.

FHC nos apresenta a existência de dois setores dentro da burguesia industrial que se diferenciam quanto aos interesses que representam quanto à visão que têm das possibilidades de desenvolvimento econômico do país. O primeiro era formado pelos industriais que associaram-se com grupos capitalistas estrangeiros ou por aqueles industriais internacionais que realizaram inversões diretas no país. “para estes, pelas próprias condições através dos quais conseguem a expansão econômica e o lucro, industrializar o país significa fazê-lo solidário da ‘prosperidade ocidental’ como sócio-menor.” O segundo setor era composta pelos pequenos ou médios proprietários de fábricas que transformaram-se em grandes indústrias, que só conseguiam expandir suas empresas via manipulação de empréstimos e favores estatais. “Para estes empresários, industrializar o país significa fundamentalmente criar uma política estatal contra o subdesenvolvimento, que se baseia no apoio aos ‘capitalistas nacionais’ para a expansão de suas empresas.”

Cabe notar que o primeiro setor também pressionavam o Estado na concessão de favores, da mesma maneira que os “capitalistas nacionais” típicos associavam-se com o capital internacional se bem lhe convir. Mas o desejo de “fechar o mercado” era bem maior

²⁶ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 168

neste segundo setor, uma vez que não possuíam capital e apoio suficiente por parte do mercado internacional para tentarem construir uma indústria efetivamente competitiva. Assim, logo substituem toda aquela ideologia de liberdade do mercado privado pela necessidade do Estado intervir no mercado como modo de impedirem a entrada de capitais externos no mercado nacional.

O que se nota é que com o crescimento industrial no país surgiam cada vez mais alianças entre os grupos industriais nacionais com grupos internacionais, resultando na redução das diferenças ideológicas existentes entre os dois setores. Esta redefinição de tendências resultou na reformulação ideológica por parte da burguesia industrial, que passou a basear-se em três aspectos: propriedade, democracia e prosperidade. A não intervenção do Estado garantiria a propriedade, desde que tal intervenção fosse limitada à necessidade de incentivos por parte do estado à iniciativa privada, para assim se alcançar a prosperidade. A democracia é que asseguraria a liberdade econômica individual e social que, conseqüentemente, na visão dos industriais, implicaria em prosperidade e desenvolvimento.

Esta seria a “nova ideologia” dos empresários que estaria bem distante da ideologia tradicional. Mais significativa que as redefinições na ideologias dos industriais, seria a reorganização das formas de ação a que se propunha os líderes da indústria, que passou a ser racional, com a definição mais claras dos objetivos e a escolha mais adequada dos meios para atingi-los. Começavam a agir como verdadeiros empresários. A nova ideologia redefinia também o papel que os industriais deveriam assumir nas atividades políticas, participando ativamente e relacionando os interesses nacionais com seus interesses de classe produtora.

Foram tendências e reformulações na ideologia desta classe que se generalizadas, pois por enquanto encontravam-se restritas à pequenos grupos de industriais, poderiam possibilitar que o poder econômico que ela possuía se transformasse em poder político dominante.

Contudo, o setor privado nacional, independente da alternativa que escolhesse, perderia sua hegemonia política pois, ou ele apoiava os movimentos populares que pressionavam no sentido da estatização dos setores básicos da economia, ou associava-se aos

capitais estrangeiros para tentar o desenvolvimento nos moldes clássicos. Prevaleceria a segunda alternativa:

“Para que o desenvolvimento tenha curso regular e efetivo é preciso uma política de inversão e coordenação de esforços que supõe, de fato, a aceitação de critérios de essencialidade econômica que não coincidem com os de lucratividade alta e rápida e estes últimos objetivos, como vimos, são a mola das inversões privadas num país subdesenvolvido. Para mantê-lo, a burguesia industrial apoiou a única política cabível, que era a de atrair capitais estrangeiros para setores que, mesmo sem ser de base, davam um impulso imediato ao mercado e supriam, com custos altos, a falta de esforço da economia nacional. Paga-se hoje o preço da aventura. A ineficiência, a ausência de programação, a ousadia dos projetos que não visavam desenvolver a base industrial, apareceram tão logo os programas de inversões estrangeiras chegaram ao fim.”²⁷

As dificuldades da definição de uma política coerente com os interesses próprios acabou fazendo com que a burguesia industrial recorresse àqueles grupos, que nem sempre tinham interesses em desenvolver a economia do país em termos que permitissem sua hegemonia.

O processo de dominação específico à uma sociedade de massas em que a industrialização se realiza através do “consumo amplo” também funcionaria como condicionante da ação política da burguesia. Num país como o Brasil, no qual nunca ocorrera uma efetiva e completa “revolução burguesa”, a participação do povo na vida nacional acontecia de maneira dispersa e instável. Ou seja, as vezes as pressões populares cresciam, outras vezes tais pressões eram “amortizadas” pelos mecanismos criados pela estrutura tradicional de dominação. Era um equilíbrio precário que resultava em grandes danos para as camadas populares e, em menor grau, para a burguesia industrial. Disto resulta o outro dilema que esta teria de enfrentar, não sabendo se apoiava as massas populares ou aliava-se ao “partido da ordem” das classes tradicionais. Na primeira hipótese, temem a “revolução”, mesmo que seja iminente, e na segunda, “o imobilismo”. Novamente, apoiam-se nas classes dominantes: “(...) por temor da revolução abdicam a política de reformas deixando de lado os projetos de hegemonia política para apoiar a estratégia de reação dos grupos dominantes tradicionais.”

²⁷ Cardoso, F. H., (1964) op. cit. Pág. 176

São estas dificuldades e contradições que condicionariam as ações políticas práticas da burguesia nacional brasileira e que definiriam sua funcionalidade, como classe social, no processo de desenvolvimento econômico do país:

“A situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. Com isso, cria, quiçá, a possibilidade que mais teme: de perder as chances históricas de exercício pleno da dominação de classe.”²⁸

B) Dependência e Desenvolvimento na América Latina²⁹

Definida a burguesia industrial como classe social e sua mentalidade sua relação com o processo de desenvolvimento nos quadros do mercado colonial, Cardoso, juntamente com Enzo Faletto, passa a analisar as possibilidades do desenvolvimento econômico nos países latino-americanos. Após a II Guerra Mundial, acreditava-se que os países da América Latina alcançariam um desenvolvimento auto-sustentado uma vez finalizado o processo de industrialização via “substituição de importações” e iniciando-se a etapa de produção de bens de capital. Políticas de redistribuição de renda, expansão de seus mercados internos e do volume de suas exportações, obtenção de investimentos externos e estados atuantes no processo de desenvolvimento, eram fatores que assegurariam o sucesso deste processo. Contudo, apesar da existência de fatores favoráveis que nos levavam a crer no seu êxito, o desenvolvimento não pôde ser alcançado.

²⁸ Cardoso, F. H., (19..) op. cit. Pág. 180

²⁹ Tópico baseado na obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, CARDOSO, F.H. & FALLETTO. E. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

As teorias e as velhas perspectivas que apontavam um desenvolvimento auto-sustentado a tais países não foram suficientes ou se limitavam em fatores puramente econômicos, sociais ou políticos. O objetivo de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto na obra *“Dependência e desenvolvimento na América Latina”*, escrita entre 1966 e 1967, foi o de analisar de maneira integrada estes três fatores, na tentativa de formar respostas suficientemente satisfatórias às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, uma tentativa de se esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, formas e possibilidades do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência econômica com economias capitalistas avançadas e, que paralelamente, constituíram-se em Estados Nacionais em busca por desenvolvimento e por soberania..

1. A necessidade de um novo procedimento metodológico para uma análise integrada do desenvolvimento

Os autores iniciam a obra justificando a metodologia de interpretação adotada, uma vez que, em análises anteriores sobre o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, haveria muitas limitações.

Para uma análise integrada do desenvolvimento fazia-se necessário focar a análise das condições econômicas e sociais específicas dos países da América Latina, dentro do âmbito nacional e externo, além de compreender, nas situações estruturais definidas, os objetivos e interesses que impulsionam e/ou direcionam os conflitos entre grupos e classes sociais. Na interpretação global do desenvolvimento buscava-se uma perspectiva que permitisse vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais, através de um estudo do processo histórico das relações entre o sistema econômico e a organização social e políticas destas sociedades, entre elas e também em relação aos países desenvolvidos.

O enfoque proposto pelos autores Cardoso e Faletto propõe, em termos do processo histórico, relacionar os fatores internos e externos que direcionam as possibilidades de

desenvolvimento e de consolidação dos Estados Nacionais latino-americanos, considerando-se não somente o sistema produtivo e suas diferenciações, como também as estruturas econômicas e de poder. Nesse sentido, partem para uma análise destas características dentro de uma perspectiva histórica.

2. Processo de industrialização por substituição de importações: desenvolvimento “para fora”

Dentro daquela perspectiva é que nasce a relação entre as sociedades “periféricas” e “centrais” que explica o subdesenvolvimento como historicamente produzido: a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias com variados graus de diferenciação do sistema produtivo, surgindo uma nova divisão internacional do trabalho que dividiu o mundo em países centrais e periféricos, cada qual com distintas funções e posições dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição, ou ainda, de dominação.

De acordo com o processo histórico seguido por cada país periférico, notamos a formação de diferentes tipos de economia e sociedade na América Latina, ou ainda, de diferentes nações formadas com a ruptura do “pacto colonial”. Esta se fez possível através de grupos sociais locais cuja capacidade para estruturar um sistema local de controle político e econômico variou justamente em função do processo histórico de sua constituição no período colonial. Estes dois fatos, ruptura do pacto colonial e formação dos Estados nacionais, resultaram em um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local. Portanto, o que queremos enfatizar aqui é que a formação de Estados nacionais não foi um processo homogêneo e similar em todos países da América Latina. Surgem, no período de expansão para fora, basicamente dois tipos de economia: primeiro, aquelas que possuíam o controle nacional de seu sistema produtivo, e segundo, as chamadas economias de enclave.

i) *Economias com o controle nacional do sistema produtivo*

Com a ruptura do pacto colonial os grupos produtores nacionais fortaleceram-se de acordo com suas capacidades para organizar um sistema de alianças com as “oligarquias locais e tradicionais” que tornasse factível o Estado Nacional. O êxito destas alianças estava condicionado pela capacidade de alguns setores das classes dominantes em consolidar um sistema político de domínio. A hegemonia dos grupos exportadores dependia então muito mais de fatores políticos que econômicos para assegurar a apropriação de terras e o domínio da mão de obra necessários para expansão de uma economia exportadora. Por este motivo, assumem os grupos exportadores um papel vital de ligação entre a economia central e os setores agropecuários tradicionais visando viabilizar a integração econômica das economias locais em desenvolvimento ao mercado mundial. Assim, o grupo produtor exportador reorientava seus vínculos políticos e econômicos, no plano interno, criando alianças com as oligarquias excluídas do setor exportador, e no plano externo, vinculando-se financeira e comercialmente com as economias centrais.

A formação de vínculos políticos e econômicos dos setores nacionais exportadores no plano interno, e paralelamente, no plano externo, foram as duas formas básicas de estrutura social que, durante o período de crescimento para fora, constituíram os pilares da organização social e política dos países incorporados ao mercado mundial através do controle nacional das mercadorias de exportação. __

ii) *As economias de enclave*

Haviam casos em que os setores economicamente controlados nacionalmente, por sua incapacidade para reagir e competir na produção de mercadorias, foram desarticulados e não puderam manter seu controle ou predomínio sobre o setor produtivo local. A partir do momento em que o sistema produtor nacional não conseguia crescer independentemente da incorporação de técnicas e capitais externos, o dinamismo deste sistema começou a perder significação no desenvolvimento da economia nacional, resultando em perda da capacidade para se organizar dentro de suas fronteiras um sistema autônomo de autoridade e de

distribuição de recursos. Em países latino-americanos em que ocorria tal situação, a economia incorporou-se ao mercado mundial através da produção obtida por núcleos de atividades primárias controladas diretamente pelo exterior, são as chamadas economias de enclave.

Nestas economias a produção local era um prolongamento direto das economias centrais, tanto no que se refere ao controle das decisões de investimento, quanto referente ao lucros gerados pelo capital, que apenas passavam em seu fluxo de circulação pela nação dependente, os quais incrementavam a massa de capital disponível para investimentos nas economias centrais, o que nem sempre permitiu a criação de um mercado interno significativo. Não existiam conexões desta produção feita por capitais estrangeiros com o mercado interno (setor de subsistência e agropecuário), ou seja, não havia nexos orgânicos entre as atividades direcionadas ao mercado externo com as demais atividades dentro do país. Isto pode ser explicado se considerarmos que as relações econômicas eram estabelecidas no âmbito e de acordo com os interesses dos mercados centrais.

As mudanças ocorridas na estruturas das sociedades latino-americanas que se integraram ao mercado mundial, seja via uma economia com produtores nacionais ou via economia de enclave, foram lentas ainda que contínuas, expressas na formação de novos grupos sociais vinculados à economia exportadora, e resultaram em aspectos novos no enfrentamento de interesses econômicos e políticos, como veremos a seguir na análise do chamado “período de transição”.

3. O período de transição

O fato das economias latino-americanas terem se integrado ao mercado mundial devido ao dinâmico impulso da demanda externa, implicou naquelas economias a criação de setores financeiros e mercantis, além do surgimento de economias urbano-industriais. As alianças políticas e os movimentos sociais de cada país eram as expressões de interesses de variados grupos sociais vinculados ao processo produtivo - latifundiários, banqueiros,

capitalista agrário etc.- e a relação destes grupos evidentemente influenciaram a direção das mudanças ocorridas em cada um das economias no chamado “período de transição”.

Por período de transição entendemos como

“o processo histórico-estrutural em virtude do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comessem a fazer-se presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores sociais precisamente chamados ‘médios’. O surgimento destes e as formas peculiares que adquirem (...) dependerão das formas peculiares pelas quais se organizou o sistema exportador e estas variarão historicamente em cada país da região.”³⁰

A diferenciação interna de cada país da América Latina resultou em perspectivas diferentes para a formação de novas alianças entre os grupos sociais. A direção seguida na constituição ou não dessas alianças é que explicaria o maior ou menor grau de persistência da dependência de cada economia com o setor exportador ou, ao contrário, indicaria como ocorreu a transição do sistema exportador para uma economia voltada ao mercado interno, processo no qual os grupos sociais vinculados ao mercado interno – burguesia urbana e classes medias - começaram a adquirir importância crescente.

i) O momento de transição nas sociedades com produção controlada nacionalmente

Como característica diferenciadora nesse tipo de sociedade está a existência de um setor “burguês” importante, ou ainda, de uma burguesia de expansão nacional. A existência de um setor empresarial capitalista é o fator que, através de alianças estabelecidas com os setores mais tradicionais e com o predomínio da força política, dará origem às possibilidades estruturais distintas na fase de transição.

A crise do sistema político oligárquico-exportador nestas sociedades, geradas pela pressão dos novos grupos sociais criados pelo dinamismo do próprio sistema exportador, variou de acordo com a intensidade e forma com que atuaram em conjunto dois processos: o processo de dominação vigente e a diferenciação do sistema produtivo nacional.

Em relação ao processo de dominação verificavam-se dois casos: primeiro, aquele no qual o setor exportador e comercial constituía o sistema financeiro e obtinha as

condições necessárias para monopolizar as relações externas, podendo assim impor seu predomínio aos demais grupos produtivos. Existia neste caso uma “unidade de classe” que abrigava os interesses de grupos que integravam a classe dominante, incluindo as burguesias regionais, latifundiários e setores burocráticos vinculados. Havia um monopólio de classe no sistema de dominação, no qual o setor exportador surgia como a classe dominante diante da debilidade dos demais setores dentro da aliança de domínio. No segundo caso não havia um setor claramente hegemônico dentro da classe dominante, levando distintos grupos agro-exportadores à estabelecerem pactos comerciais e políticos e limites na esfera de influência interna do Estado. Não havia portanto uma “unidade de classe”.

Paralelamente ao processo de dominação, o grau de diversificação do sistema produtivo nacional também foi um condicionante às formas de transição. Não por ser uma informação determinante para a interpretação das possibilidades estruturais da mudança social, mas por ser um aspecto significativo para se saber sob que condições econômicas foi constituído um determinado sistema de dominação. Havia três casos: o primeiro, formado por um sistema exportador monoprodutor, sem a ocorrência de diferenciação do sistema produtivo através do fornecimento de mercadorias para o mercado interno (caso da América Central); o segundo, formado por um sistema exportador pouco ou nada diversificado, com a criação de setores produtivos para o mercado interno (caso do Uruguai e Argentina) e o terceiro, composto por um sistema exportador que se diversificou, dando lugar a setores paralelos, e com a formação de um setor produtivo voltado para o mercado interno (caso do Brasil).

A existência ou não de setores exportadores paralelos e diversificados foi um fator que influenciava sobre a magnitude do mercado interno e na estruturação de novos grupos sociais, da seguinte forma: as economias exportadoras diversificadas facilitaram a formação de setores produtivos orientados ao mercado interno, significando isto, na fase de transição da economia exportadora, a expressão direta do crescimento desta, o que estimulava ainda

³⁰ Cardoso, F. H. & Falletto, E. (1970) op. cit. Pág. 53

mais o consumo interno. Aos primeiros esforços para um mercado interno, surgem ou se desenvolvem novos grupos sociais – artesãos, pequenos comerciantes, profissionais, banqueiros etc., assim como se desenvolvem os primeiros núcleos industriais que, posteriormente, formam tanto uma burguesia urbana como setores operário-populares:

“(…) assim, em um primeiro momento os grupos sociais urbano-industriais formam-se em conseqüência da expansão do setor exportador e sem que seus interesses econômicos oponham-se aos deste setor, mas, pelo contrário, tornam-se um setor complementar daquele.”³¹

Foram condições histórico-estruturais como estas que explicam o mecanismo de formação do setor urbano-industrial e classes médias e o grau de diferenciação social vigente, resultado da expansão da economia exportadora. A dinâmica dessas forças diferenciam-se de acordo com o processo de dominação predominante em cada economia.

Em alguns países foi mantida a situação oligárquica-exportadora ainda depois de 1929 e até o fim da Segunda Guerra Mundial, caso da Colômbia³². Uma análise da crise política entre os países nos leva a diferentes situações. No Brasil, por exemplo, a crise da dominação oligarquia manifesta-se com a revolução de 1930, evidenciando a precariedade do esquema de alianças regionais realizado dentro das camadas dominantes, com atritos entre os próprios grupos oligárquicos pelo controle do poder nacional. A política que vigorava no sistema e que expressava os interesses regionais dos setores exportadores foi substituída por uma política centralista que, não contrariando os interesses agro-exportadores, formava ao mesmo tempo uma base econômica urbana suficiente para permitir, por um lado, o surgimento de uma burguesia industrial e mercantil, e por outro lado, a formação de setores da nova classe média e de setores operários-populares, fortificando então o mercado interno.

Após a crise mundial, superada pelos países da América Latina através da aplicação de variadas medidas de políticas econômicas clássicas, como a de defesa do nível de

³¹ Cardoso, F. H. & Falletto, E (1970) op. cit. Pág. 61

³² O caso da Colômbia pode ser entendido, segundo Cardoso, se considerarmos que neste país nem o sistema exportador se diversificou significativamente, nem um setor produtivo importante para o mercado interno foi desenvolvido, e portanto, dificilmente formou-se um setor urbano-industrial significativo, mantendo-se a hegemonia dos setores oligárquicos tradicionais.

emprego e capitalização interna, os setores agro-exportadores em geral acreditavam que poderiam alcançar a prosperidade recorrendo à formação de um setor industrial adicional ao do setor exportador e limitado à expansão do mercado interno. Entretanto, as consequências políticas da crise mundial foram distintas em cada país, de acordo com seus esquemas de dominação vigentes e as medidas econômicas escolhidas. Em alguns países, a crise implicou no fortalecimento do domínio oligárquico dos grupos agro-exportadores, geralmente via formas militar-autoritárias, e em outro casos, quando se podia ampliar o esquema de dominação, acentuou-se a transformação das formas de desenvolvimento.

Desta forma, explicam os autores:

“O curso diferente do desenvolvimento nos países latino-americanos que se industrializaram, assim como a ausência de um impulso industrializador e correlativamente o aumento da importância relativa da economia exportadora, explicam-se, pois, pela forma como as classes e grupos sociais – “tradicionais” ou novos – conseguiram dinamizar sua força, tanto em termos das organizações de classe que formaram (partidos, órgãos do Estado de que se apoderaram, sindicatos, etc.), quanto em termos das alianças políticas que se propuseram e das orientações políticas que criaram ou avocaram para si para impor um sistema viável de dominação(...) Deve-se buscar essas opções históricas feitas concretamente em função dos interesses dos grupos politicamente dominantes para compreender a particularidade do processo social frente aos fatores econômicos que afetaram de maneira homogênea a todos os países da região, na medida em que todos estavam vinculados às economias centrais de modo similar: como seus dependentes.”³³

ii) As economias de enclave no momento de transição

O processo de transição foi diferente nos países em que os enclaves constituíram-se em princípio ordenador da atividade produtiva. A dinâmica deste processo também foi distinta em cada país, segundo o grau de diferenciação da estrutura produtiva e social.

Do ponto de vista das formas de dominação, o fator significativo nesta análise reside no fato de que a estrutura de domínio manifesta de forma mais direta a subordinação política dos setores operários e camponeses aos grupos dominantes. Nesta estrutura, era por meio da relação política que se tornava possível a exploração econômica, ou seja, os grupos

³³ Cardoso, F. H. & Falletto, E. (1970) op. cit. Pág. 74

nacionais dominantes vinculavam-se à empresa estrangeira mais como uma classe politicamente dominante que como economicamente, e eram as empresas estrangeiras que estabeleciam relações econômicas diretamente com os setores operários e camponeses. A debilidade econômica dos grupos nacionais de poder os obrigava a manter uma forma de dominação mais excludente, uma vez que sua vinculação com o setor de enclave dependia da capacidade que tinham para assegurar uma ordem interna que pusesse à disposição e que assegurasse a viabilidade dos contratos feitos com o setor de enclave. Nesse contexto, a incorporação dos setores médios tornou-se mais difícil, sendo que se infiltrar dentro deste sistema excludente significaria produzir uma perturbação no conjunto da estrutura de dominação ou, em outros casos, as classes populares poderiam pressionar por sua incorporação e evidenciariam assim a precariedade do sistema.

Por essa debilidade do setor burguês nos países de economia de enclave em seu conjunto, somente em dois casos é que foram consideradas a realização de políticas que visavam uma ampliação do mercado interno, ou seja, de industrialização: o de países como o Chile, por exemplo, onde o setor externo se impôs quando já existia um setor mercantil-financeiro e uma classe média em condições de reivindicar a criação de bases nacionais para a expansão econômica; e no segundo caso, países como México e Venezuela, onde os setores médios conseguiram inserir-se através de revoluções dentro do aparato do Estado, utilizando-o para criar uma economia nacional. De qualquer maneira, a dinamização da economia interna contou com a pressão dos grupos médios, as vezes aliados com o setor capitalista já existente, outras com os setores populares ou camponeses, quando não com ambos os setores.

Diferentemente do que ocorreu na maioria dos países com produção controlada nacionalmente, a crise mundial afetou diretamente as sociedade de enclave através do seu setor produtivo moderno. Entretanto, a crise mundial não pôde ser superada pela aplicação de política econômicas clássicas, como fizeram as economias controladas nacionalmente. Os problemas sociais causados pela crise de 29 implicaram no aumento das pressões sociais, na multiplicação de greves e na realização de políticas mais radicais: o

“cadernismo” no México, a “Frente Popular” radical-socialista-comunista no Chile, as tentativas socialistas da Bolívia e do Equador, entre outras.

O que pretende-se aqui destacar aqui é que o acesso das classes médias, ou momento de transição, não relacionou-se, como nos países de economia exportadora nacional, aos efeitos imputáveis à crise econômica mundial. Foi requisito prévio a derrubada ou pelo menos o retraimento do setor vinculado à oligarquia e ao enclave, para que fosse possível utilizar o Estado, este já sob o controle por grupos distintos daqueles, pelo menos parcialmente, para criar os mecanismos de acumulação e de investimento capazes de criar um mercado interno, processo que por sua vez serviria como ponto de apoio para a nova política:

“(..) com o apoio do Estado, depois da reorganização do sistema de poder, e em parte com o financiamento obtido graças à renda gerada pelo setor de enclave, a classe média ascendente e o setor nacional burguês (que se constitui no processo revolucionário ou preexistia ao acesso das classes médias ao Governo, como no Chile e, em forma mais limitada, mesmo no Peru) tratam de mudar as pautas do desenvolvimento para fortalecer o setor urbano industrial, processo esse que ocorre nesses países (com exceção do Chile, onde é anterior) depois da Segunda Guerra Mundial. Os vínculos de dependência externa já são de outro tipo, como se verá na caracterização que faremos mais adiante. A partir de 1950, mais ou menos, os investimentos estrangeiros serão feitos também no setor produtivo orientado para o mercado interno, o que imporá limitações e dará novas possibilidades ao desenvolvimento.”³⁴

4. Processo de desenvolvimento voltado para a expansão do mercado interno e as forças sociais e políticas representadas pelo nacionalismo e populismo

O período de transição na América Latina destaca, como característica marcante, a presença e participação cada vez mais crescente e importante das classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação.

Como expressão econômica desta nova situação social encontramos a realização de políticas de consolidação do mercado interno e de industrialização. A participação e expansão do setor privado da economia, fortalecendo a burguesia industrial nacional no

³⁴ Cardoso, F. H. & Falletto, E. (1970) op. cit. Pág.79

caso daquelas economias cujo sistema produtivo era controlado nacionalmente, é a acentuada participação estatal que criou novas áreas de investimentos em torno da indústria básica e via obras de infra-estrutura, movimento marcante nas economias de enclave, foram as duas características principais que dinamizaram o processo de substituição de importações destas regiões.

O fato é que, conforme vão surgindo novas bases econômicas no processo de desenvolvimento, amplas alterações na divisão social do trabalho ocorrem naquelas economias com a ascensão de um proletariado e a expansão do setor popular urbano não-operário da população. Foi a presença das massas nestas economias que iniciam a diferenciação de suas industrializações e que caracterizou a fase de consolidação do mercado interno, ou ainda, o período inicial do chamado “desenvolvimento para dentro”, cujo auge ocorrerá durante a década de 1950-1960.

As políticas de industrialização substitutivas do período consistiram basicamente em aproveitar e incrementar a base produtiva do período anterior, visando atender à demanda interna de bens de consumo e bens intermediários que não estavam sendo suprida devido à carência de divisas e às dificuldades de importação. O papel do Estado acentua-se neste período, deixando de atuar como mediador de políticas de financiamento de investimentos estrangeiros para atuar na defesa do mercado interno via tarifas alfandegárias, iniciando assim o processo de transferência de rendas do setor exportador para o setor interno e a criação de núcleos fundamentais de infra-estrutura e indústrias de base.

Entretanto, aquelas medidas aconteceram somente em países nos quais as alianças de poder, realizadas durante o período de transição, possibilitaram a continuidade do processo de industrialização, que por sua vez representava uma política de acordos entre os diversos setores da economia - agrário, importador-exportador, urbano-industrial, comercial, popular - e que deveria atender tanto à criação de uma base econômica de sustentação dos novos grupos sociais, que passaram a compartilhar o poder no momento de transição, quanto a necessidade de oferecer oportunidades de inserção econômico-social aos

grupos populares excluídos do sistema produtivo e numericamente importantes cuja presença nas cidades poderia alterar todo o sistema de dominação.

Nota-se ainda que as diferentes formas de industrialização e esquemas de organização e controle de poder em cada país da América Latina foram resultados não somente dos diferentes acordos e alianças de forças sociais ocorridas no momento de transição, como também da importância dada em cada país à “presença de massas” na formas de dominação e suas respectivas orientações políticas. Predominaram dois tipos de orientação política: uma que deu origem ao “distributivismo” social e econômico, implícita na pressão das massas e orientada para a participação destas no sistema produtivo, e a outra que manifesta os interesses dos novos setores dominantes na continuidade da expansão econômica nacional orientada para o mercado interno, chamada de nacionalismo, que deu sentido ao “populismo desenvolvimentista” da época.

A ideologia do “populismo desenvolvimentista”, que expressava interesses contraditórios como o consumo ampliado e investimentos acelerados, participação estatal no desenvolvimento e fortalecimento do setor urbano-industrial privado, indicava o objetivo de alcançar um equilíbrio político entre as diversas classes sociais apoiado em um programa de industrialização que trouxesse benefícios a todos. Para tanto fazia-se necessário a criação de um mercado interno significativo, que dependia de fatores fundamentais a serem perseguidos como a disponibilidade de capitais para reinvestimentos dentro do país e de divisas para financiar a industrialização, a possibilidade de redistribuição de renda suficiente para permitir a incorporação das massas e a capacidade para consolidar uma liderança política capaz de se impor interesses contraditórios dos distintos grupos e/ou de obter conciliações, em nome do interesse nacional. A combinação destes fatores e a forma como se ajustam ou se conciliam os interesses do setor exportador, da burguesia industrial, da burocracia estatal e dos setores popular-operários é que dará origem às distintas direções que cada economia seguirá no decorrer de seus processos de desenvolvimento.

Uma importante relação a ser analisada no processo de industrialização da América Latina é a que se deu entre os interesses das burguesias industriais e do Estado de cada país. Foram basicamente três vias: a primeira, focada em uma industrialização “liberal”, orientada e conduzida pelo setor empresarial privado; a segunda, baseada em uma industrialização orientada pela vontade política da burguesia e dos setores médios e populares e vinculados ao Estado; e a terceira, uma industrialização orientada por um “Estado desenvolvimentista” que, devido a debilidade do setor capitalista exportador-importador em acumular capitais e reorientá-los ao mercado interno, atuou na economia com um programa estatal de grandes inversões na indústria básica, visando a fixação de bases da economia industrial e a expansão do mercado interno.

i) A industrialização Liberal

O tipo de industrialização “liberal”, orientada e conduzida pelo setor empresarial privado, refere-se especialmente ao caso da Argentina, que possuía uma sólida camada empresarial agro-impotadora hegemônica. Após a crise mundial e quando a Segunda Guerra Mundial acelera as condições favoráveis à industrialização, já havia neste país uma burguesia industrial, vinculada ao setor agro-exportador através do setor financeiro, e uma classe média já incorporada ao jogo político, que também era capaz de mobilizar os setores populares urbanos por meio de eleições.

O desenvolvimento econômico no caso era buscado pelo setores mais dinâmicos da economia: o exportador, o industrial e o financeiro importador. O problema político a ser enfrentado era o de expandir a economia mantendo-se o controle destes setores, e ao mesmo tempo, contendo a pressão operário-sindical que começava a se organizar. Para criar uma economia industrial e expandi-la, a acumulação privada requeria de uma redistribuição de renda, através do Estado, para seus próprios canais de investimento. O dinamismo desses setores criaria as oportunidades de emprego para a massa urbana com um ritmo mais ou menos suficiente para incorporá-la ao sistema econômico. Houve, nesse modelo de desenvolvimento, uma coincidência de interesses através da qual os setores populares

estabeleceram suas relações com a burguesia industrial. O Estado peronista tratou de dar continuidade à expansão econômica e, paralelamente, tomou as medidas necessárias para acelerar a incorporação das massas econômica, social e politicamente. O populismo peronista conciliou então os interesses do setor hegemônico com os interesses crescente das massas em busca de participação e a possibilidade de êxito desta conciliação foi beneficiada pela situação favorável criada pela guerra, período em que foi possível acumular capitais, melhorar os salários e as condições sociais do setor operário popular e classe média assalariada, incrementando ainda o investimento industrial, sem prejudicar o setor economicamente hegemônico³⁵.

ii) Desenvolvimento Nacional-Populista

Este tipo de industrialização “nacional-populista”, orientada por vontade política da burguesia e dos setores médios e populares, vinculados ao sistema de poder, o Estado, os quais junto com o setor agro-exportador compartilham a condução do processo de desenvolvimento, refere-se ao caso do Brasil.

Devido ao momento de transição ocorrido no país, a situação de poder no período englobava tanto os setores tradicional-oligárquicos como os grupos médios que tinham acesso ao controle do Estado e também a burguesia industrial e comercial urbanas. O Estado surge aqui como um instrumento não só de regulação do sistema industrial, mas também como instrumento direto de sua constituição através da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais. No que se refere à situação das massas, havia um setor de massas urbanas não-operárias com um grau de importância menor ao existente na Argentina, além da presença de um extenso setor de massas rurais, que vivia numa situação radicalmente distinta da vivida pelos setores populares urbanos. O populismo no Brasil

³⁵ Como grupo hegemônico do setor agro-exportador era basicamente estrangeiro e cada vez mais monopolista, além de suficientemente forte e moderno para neutralizar o poder dos setores agrotradicionais e unificar os setores populares, rurais e urbanos como massa assalariada, este setor influenciava portanto na política e na economia do país. Por um lado, com seus investimentos no mercado interno, constituindo-se como um setor dinâmico e desenvolvimentista, e por outro, por sua vinculação externa, que expressava claramente o aspecto da dependência.

aparece como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização ao novo esquema de poder.

Politicamente, a ação do Estado, direcionada à criação do setor industrial, visava incorporar a grande massa mobilizada, que era resultado de sua economia agrária anterior deteriorada, ao sistema produtivo e econômico, uma vez que esta massa representaria uma ameaça para aqueles que detinham o poder. Além disto, essa nova política incorporaria os grupos latifundiários mais atrasados, os agricultores que produziam para o mercado interno, a classe média urbana e setores indústrias já existentes, formando assim um sistema de aliança importante ao esquema de poder do Estado³⁶. Entretanto, os grupos agro-exportadores hegemônicos do sistema anterior à revolução de 30 e a massa rural em seu conjunto foram excluídas desta conjuntura de poder e da “aliança desenvolvimentista”. Por um lado o Estado necessitava aliar-se aos setores mais atrasados da estrutura produtiva para se alcançar uma política de criação de setores econômicos modernos que permitissem criar uma possibilidade de incorporação das massas. Por outro lado, a viabilidade de tal política dependia de uma divisão entre os setores populares: a massa urbana que se beneficiaria do desenvolvimento e a rural que nele não é incorporada e que pagaria pelos custos da industrialização. A razão disto está no fato de que o sistema de acumulação de expansão econômica, dada a sua taxa relativamente limitada de crescimento, não suportaria a pressão salarial que exerceria a incorporação de amplos setores rurais ao mercado de trabalho. Ademais, a força política dos setores latifundiários baseava-se na manutenção de uma ordem que excluía a massa rural dos benefícios do desenvolvimento econômico.

³⁶ Diferentemente do caso argentino, não existiam grupos privados de expressão nacional e internacional suficientemente capacitados para orientar e conduzir uma industrialização “liberal”. O começo da industrialização de caráter substitutivo foi alcançado pelo impulso de uma burguesia industrial desvinculada do setor agro-importador e que encontrou no Estado seu propulsor direto.

iii) O modelo do Estado desenvolvimentista

Este modelo apresentou-se no México, onde o desenvolvimento conseguido fora resultado da expansão do mercado externo realizada dentro dos limites de uma economia de enclave. No momento de transição, com a reorganização do Estado e a participação política mais ampla dos grupos de classe média e setores populares, os novos setores industriais e os populares articularam-se ao Estado. Nessas condições, a industrialização foi impulsionada pelo Estado, não só porque os setores que o controlavam necessitavam criar um mecanismo de acumulação rápida de capitais, mas também, porque tais setores eram constituídos por uma aliança entre os setores populares e grupos médios, interessados nos benefícios do desenvolvimento.

As companhias estrangeiras controlavam grande parte do setor econômico e industrial do país, limitando as ações do governo mexicano. A debilidade do Estado refletia-se também pela carência de apoio político popular. Visando melhorar suas condições em relação às companhias estrangeiras, o Governo estruturou e organizou a unidade do movimento operário e camponês (Política de Cárdenas), obtendo o apoio desses grupos e iniciando assim a industrialização no México. Contudo, a orientação socializante vigente no período alarmava os investimentos estrangeiros e também setores econômicos nacionais. A necessidade de industrialização era compartilhada por todos, mas o problema era o de como esta seria feita. A solução encontrada pelo governo mexicano foi uma aliança com o investimento estrangeiro, mantendo certa margem de controle estatal, além da busca de rápidas soluções às reivindicações populares no decorrer do processo de desenvolvimento. Assim, grande parte da indústria instalada no México e subsidiária da norte-americana fazia investimentos (produtivos, financeiros e comerciais) no país beneficiando-se das garantias e facilidades oferecidas pelo próprio Estado.

5. Os limites estruturais do processo de industrialização voltado ao mercado nacional

Em países como Brasil, Argentina e México, como foi anteriormente citado, foi possível a constituição de alianças ou conjunturas de poder que favoreceram a consolidação

de um mercado interno através de ajustes entre os interesses dos antigos setores dominantes e aqueles constituídos pelos setores médios, pela burguesia industrial e, até certo ponto, pelas massas urbanas. Tais alianças beneficiaram cada setor, ainda que de forma desigual em cada caso. Entretanto, elas permitiram acumulação suficiente para favorecer os investimentos internos e o consumo relativamente ampliado dos setores urbanos, sempre tendo o Estado papel fundamental em suas políticas de arbitragens. Cabe lembrar também que a conjuntura internacional para a formação de mercados internos naqueles países também era muito favorável, com a manutenção dos preços de exportações e, às vezes, até mesmo o seu aumento, durante a Segunda Guerra e nos primeiros anos posteriores a ela.

Contudo, haviam limites estruturais que impediriam a continuidade destes processos de industrialização. Estruturalmente, a industrialização necessita de grande acumulação que, por sua vez, resulta em forte diferenciação social. Pressões dos distintos setores na busca por participação econômica e política opõem-se às necessidades e ao tipo de investimento que o desenvolvimento capitalista postula. O modelo latino-americano de desenvolvimento para dentro assentou-se sobre possibilidades circunstanciais de uma relação favorável nos termos de intercâmbio e limitada participação da população nos benefícios do desenvolvimento. Como a acumulação e o financiamento industrial eram realizados através das exportações, quando os termos de intercâmbio começam a deteriorar, limitou-se a continuidade do modelo seguido.

Por outro lado, a dinâmica política do populismo-nacionalista ou do estado-desenvolvimentista, supunha a necessidade de uma arbitragem estatal pelo menos favorável à manutenção dos níveis de salários e a seu aumento em ramos estratégicos ou em circunstâncias especiais (como quando o governo necessitava do apoio das massas ou da ampliação do consumo). O próprio crescimento urbano-industrial requeria também, ao menos na fase de industrialização por substituição de importações, maior incorporação das massas. Toda esta situação intensificou a pressão das massas, que se tornou de maior risco ao sistema quando coincidiu com as crises dos preços de exportações ou com as crises econômicas internas.

Neste contexto de crises políticas e econômicas, de limitações aos seus processos de desenvolvimento capitalista para dentro, a alternativa restante aos países latino-americanos foi a abertura do mercado interno para fora, ou seja, para os capitais estrangeiros³⁷.

6. A abertura dos mercados internos e o controle externo

A continuidade do processo de industrialização voltada para o mercado interno, nos países latino-americanos, não pode ser mantida como foi visto, devido aos limites estruturais existentes. Além destes, havia também um fator externo àquele processo: no mesmo período parte dos capitais industriais estrangeiros estavam em busca de novos mercados que estimulou a abertura aos investimentos estrangeiros na América Latina.

Diferentemente do que ocorria durante os anos 50, no qual os investimentos estrangeiros na América latina eram de curta duração e assim, de caráter financeiro, as corporações industriais passaram a atuar também como investidoras através da instalação de suas filiais³⁸. A penetração de capitais estrangeiros durante o início do processo de industrialização substitutiva não foi visto um fator preocupante para o desenvolvimento, ao contrário, os capitais eram investidos em novos campos que por sua vez estimulavam outros. Além disto, o impulso daqueles investimentos incorporava novas classes sociais (operárias, técnicos, profissionais) na economia industrial, fator que contribuía para a manutenção das “alianças desenvolvimentistas”.

As alianças desenvolvimentistas romperam-se a partir do momento em que a industrialização perde velocidade, evidenciando-se os problemas mais complexos do sistema, antes postergados pela euforia desenvolvimentista. É importante considerarmos aqui a pressão crescente que os setores sociais não inseridos naquele esquema realizavam e

³⁷ Ao contrário, a única hipótese admissível, porem extremamente difícil de lograr-se, era a de uma mudança política radical para o socialismo.

³⁸ Como foi analisado, a fase inicial da industrialização substitutiva e da consolidação do mercado interno ocorreu em função da acumulação interna, pública e privada, que tinha como incentivos as políticas populistas, nacionalistas ou desenvolvimentistas, políticas protecionistas, e foram estas políticas que estimularam os produtores externos à investirem nas economias periféricas uma vez que eles poderiam usufruir dos mercado já existentes e competir facilmente com os produtores nacionais

a insatisfação dos setores industriais tradicionais da primeira etapa de substituições e dos setores urbanos-populares.

7. O novo caráter da dependência no processo de desenvolvimento das periferias

O que queremos passar é que a integração das economias latino-americanas ao mercado mundial nesta nova etapa do processo de desenvolvimento assume características distintas daquelas existentes no período em que a integração ao mercado mundial foi feita pelas economias agro-exportadoras. A vinculação destes países, a partir deste novo momento, ocorre através do estabelecimento de laços entre o centro e a periferia, não somente através de relações comerciais ou financeiras, exportação-importação, mas também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais, inversões que orientam-se crescentemente para o setor manufatureiro:

“ (...) se é certo que não se pode explicar a industrialização latino-americana como uma consequência da expansão industrial do centro – pois, como vimos, esta deu início durante o período de crise do sistema mundial e foi impulsionada por forças sociais internas – tampouco pode-se deixar de assinalar que, na industrialização da periferia latino-americana, a participação direta de empresas estrangeiras outorga um significado particular ao desenvolvimento industrial da região, este, durante seu período nacional-popular, pareceu orientar-se para a consolidação de grupos produtores nacionais e, fundamentalmente, para a consolidação do Estado como instrumento de regulação e formação de núcleos produtivos. Mas sucedeu que, pelo contrário, e como consequência da peculiar situação sócio-política já descrita, se optasse por uma pauta de desenvolvimento assentada sobre os crescentes investimentos estrangeiros no setor industrial.”³⁹

É certo afirmar que, do ponto de vista do grau de diferenciação do sistema produtivo, essa nova relação de dependência supôs elevados níveis de crescimento e desenvolvimento mas não se restringiu apenas pela crescente necessidade de financiamento externo como também através por outros aspectos. As decisões de investimentos dependiam parcialmente das decisões e pressões externas uma vez que os lucros obtidos pelas empresas estrangeiras, ainda que obtidos e gerados no âmbito da economia dependente, fluíam para

³⁹ Cardoso, F. H. & Falletto, E. (1970) op. cit. Pág. 126

suas matrizes. As decisões acerca o reinvestimento destes lucros nas economias periféricas ou do investimento destes nas próprias economias centrais passavam assim pelo “exterior”.

Contudo, ainda na análise da relação de dependência periferia-centro, considerando que as economias periféricas industrializadas mantinham um elevado grau de diversificação da economia e um mercado capaz de absorver a produção, como o consumo era interno, existiam fortes tendências ao reinvestimentos local visando expansão econômica do mercado interno. Poderíamos até acreditar então que o processo de desenvolvimento das periferias estivesse ocorrendo com certo grau de autonomia, ainda que com características de dependência. Mas a partir do momento que supomos que o desenvolvimento do setor industrial continuava dependendo da “capacidade de importação” de bens de capital e de matérias-primas complementares para o novo tipo de diferenciação do sistema produtivo, e além disto, que esta forma de desenvolvimento supõe a internacionalização das condições do mercado interno, podemos claramente definir as economias latino-americanas como sendo países periféricos, industrializados e dependentes.

A novidade da hipótese dos autores sobre o processo de internacionalização dos mercados interno, expressão que caracteriza a situação do controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais, refere-se ao fato de que nesta nova relação de dependência não podemos considerar somente os aspectos econômicos da relação centro-periferia, mas principalmente devemos analisar como se processam as relações políticas naquela relação, ou ainda, do sistema de alianças formado entre os grupos sociais internos e os interesses externos:

“(..) já não são os interesses exportadores que subordinam os interesses solidários com o mercado interno, nem os interesses rurais que se opõem aos urbanos como expressão de um tipo de dominação econômica. Ao contrario, a especificidade da situação atual de dependência está em que os “interesses externos” radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno (sem anular, por certo, as formas anteriores de dominação) e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas”⁴⁰

⁴⁰ Cardoso, F. H. & Falletto, E. (1970) op. cit. Pág. 142

Neste contexto, devemos considerar nas análises acerca o processo de desenvolvimento das economias latino-americanas, e de suas situações de dominação e relação de dependência, não somente fatores internos estruturais, como também, e principalmente, fatores externos como os interesses das economias centrais em relação às economias periféricas:

“ A existência de um ‘ mercado aberto ’, a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência. Mas a combinação destas com os interesses políticos, as ideologias e as formas jurídicas de regulamentação das relações entre os grupos sociais é que permite manter a idéia de ‘ economias industriais em sociedades dependentes ’ . Portanto, a superação ou a manutenção das ‘ barreiras estruturais ’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas ‘ condições econômicas ’ .”⁴¹

C. O Modelo Político Brasileiro⁴²

Em “*O Modelo Político Brasileiro*”, Cardoso reúne ensaios cujas discussões centralizam-se nos problemas políticos e nas formas de organização econômica existentes nos países da América Latina durante os anos sessenta e setenta, momento da internacionalização de seus mercados. Adicionalmente, analisa-se as conjunturas políticas destes países e sua relação com suas respectivas estruturas sociais e econômicas.

1. Política e desenvolvimento

Em seu primeiro ensaio, Cardoso analisa as novas formas de organização política postas em prática nos anos setenta, em detrimento ao sistema democrático representativo,

⁴¹ Cardoso, F. H. & Falletto, E. (1970) op. cit. Pág. 142

⁴² Tópico baseado na obra *O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios*, CARDOSO, F.H., Rio de Janeiro, Difel, 4ª edição, 1979

com base em regimes autoritários. Contudo, segundo FHC, não podemos afirmar que o sistema democrático chegou a existir na América Latina como uma forma efetiva de organização política porque também inexistia na região um conjunto de condições políticas necessárias à consolidação de uma democracia. A democracia liberal era tão somente a expressão ideológica da dominação oligárquica-burguesa que estava sendo, naquele momento, substituída por um autoritarismo que buscava legitimidade através da eficácia desenvolvimentista esperada com a atuação de suas políticas.

Os regimes autoritários, baseados em ideologias nacionalistas desenvolvimentistas, buscavam conquistar grande parte da massa popular e dos setores de elite, fazendo com que a sociedade enxergasse no regime a possibilidade de fazer parte da Nação e dela se beneficiar, ainda que na realidade, o que se via, era um nacionalismo com participação limitada e restrita às elites dominantes. Mas poderíamos nos questionar, como faz o autor, como o regime autoritário justifica a eficácia desenvolvimentista, ou ainda, como poderiam ser estes dois aspectos compatíveis?

A diminuição da liberdade teria duas principais vantagens para que o desenvolvimento se suceda. Por um lado, criaria a disciplina necessária e requerida pelo desenvolvimento econômico, ou ainda, requerida pelas políticas econômicas em prática em regiões altamente burocratizadas e compostas por uma maioria social marginalizada: políticas de contenção salarial, mecanismos de concentração de renda, eficácia e rapidez na tomada e implementação das decisões. Por outro lado, impediria a expansão do “inimigo interno”, o comunismo, materializado através das guerrilhas e do terrorismo.

Outro aspecto importante a ser considerado é que o padrão de desenvolvimento seguido pelos países latino-americanos diferenciam-se entre si visto que há, além das diversas diferenças entre as estruturas sociais e os contextos históricos de cada região, há também diferenciação entre as capacidades de acumulação de cada economia.

No caso do Brasil, Argentina e México, a tendência do processo desenvolvimentista era antes de mais nada um processo de internacionalização, baseado no chamado “tripé”. Este compunha-se do Capital privado nacional, internacional e do Estado.

A função do capitalismo internacional neste tripé relacionava-se com a adoção interna de tecnologia mais avançada e de formas mais modernas de organização, além ser um importante apoio financeiro. Ao Estado cabia a função de acumular e regulamentar a poupança interna, além de atuar como estabilizador e regulamentador do sistema político e econômico interno.

2. Industrialização, dependência e política na América Latina

A estrutura de poder nas sociedades latino-americanas no decorrer das décadas de 60 e 70 caracteriza-se pela presença, de um lado, dos grupos oligárquicos tradicionais com o controle do sistema político e do Estado, e por outro, da burguesia nacional como influenciador estratégico nas decisões políticas. As conseqüências deste tipo de estrutura de poder são claras: relacionando os grupos oligárquicos com a falta de dinamismo da economia nacional, ou ainda, com o caráter imobilista destes grupos que controlavam o Estado, era fato a manutenção do atraso da economia, da predominância da economia agro-exportadora e de tantos outros aspectos sociais, políticos e econômicos que perpetuavam a situação de subdesenvolvimento e dependência da América Latina.

Poderíamos também relacionar a manutenção do atraso e desta estrutura social com o imperialismo que, no contexto periferia-centro, seria a forma através da qual as economias centrais industrializadas podem garantir o abastecimento de matérias-primas e a continuação de seu modo de acumulação capitalista, no qual as economias periféricas têm papel fundamental. Seguindo uma visão mais política, podemos afirmar também que imperialismo seja a opressão externa que encontra cumplicidade interna com os grupos latifundiários e às vezes, até mesmo, com os grupos militares.

Um outro tipo de visão, na crítica do sistema de poder e político na qual se encontravam os países latinos, coloca o problema de outra forma, considerando a existência, nestas sociedades, de dois setores, um ligado à economia rural - o setor atrasado, e o outro ligado à economia urbana - o setor moderno; é a idéia do dualismo, no qual o setor atrasado encontra no moderno o seu complemento. O dualismo se apresentaria no sistema

político, no setor produtivo e, principalmente, social. De acordo com os marxistas, o dualismo poderia ser uma idéia real se consideramos que a existência de uma relação de interdependência entre ambos setores, uma subordinação de interesses dos setores tradicionais aos modernos ou, em outras palavras, o setor moderno só pôde alcançar seu relativo êxito devido a preexistência dos setores arcaicos:

“(...) assim não haveria industrialização, acumulação de capital, relativa redistribuição da renda urbana etc., se não existisse exploração ‘semifeudal’ no campo(..)”

Independente das distintas visões sobre a fragilidade do sistema de poder dos países da América Latina, era fato comum à todos analistas que tais sociedades estavam em processo de mudança.

A maior delas refere-se às conseqüências da urbanização acelerada, que indicou aparentemente uma melhoria na qualidade de vida nas cidades latino-americanas. Contudo, juntamente com os aspectos positivos criados com a urbanização, esta acarretou numa série de problemas sociais e culturais característicos da acumulação capitalista. A urbanização, as melhorias na educação e na saúde, entre outros aspectos foram, contudo acompanhados por um processo de marginalização de grande parte da população urbana, que vivia em condições precárias, sob exploração de trabalho e miséria. Não havia criação de empregos suficientes para atender à esta crescente demanda da população que foi surgindo com a urbanização das cidades. Encontramos aqui o que FHC chama por “cidades sem cidadões”. Era uma marginalidade social, quase que política, e principalmente econômica.

Não seria errado portanto, de acordo com tais análises, afirmarmos que o modelo de desenvolvimento sócio-econômico seguido pela América Latina era excludente:

“Quer dizer que o desenvolvimento capitalista de países subdesenvolvidos permite altos níveis de concentração de renda e cria um mercado de rendas médias e altas, que, se é reduzido em comparação com o montante global da população, é, entretanto, suficiente para assegurar o dinamismo econômico, isto é, a acumulação de capitais e a expansão das empresas. Consequentemente, forma-se ilhas de desenvolvimento num contexto de pobreza”⁴³

Verificamos então um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e excludente.

⁴³ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 40

Diante disto, Cardoso indaga sobre as possibilidades deste modelo de desenvolvimento permanecer na América Latina. A conclusão do autor é que, diante do curso histórico daqueles países, mesmo com a imposição dos interesses urbano-industriais na estrutura de poder, o que se nota é que não ocorrem alterações sociais significativas, ou ainda, não houve a incorporação das populações rurais ao mercado de consumo e, portanto, ao sistema produtivo. O bem estar social geral não aparece, portanto, como uma condição necessária para o desenvolvimento econômico:

“Redescobriu-se a verdade elementar de que o mercado se compõe de consumidores (isto é, dos que têm capacidade de compra) e não de ‘pessoas’. População e mercado não são sinônimos no vocabulário da realidade econômica”⁴⁴

Portanto, a desigualdade crescente não poderia ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento capitalista das sociedades latino-americanas, desde que se formasse um mercado consumidor sólido. Este era visto como aquele capaz de sustentar a expansão da produção baseada na modernização e era composto pelas classes altas e média urbanas, pelas classes produtoras (para bens de consumo duráveis) e pelas próprias empresas privadas e públicas (para equipamentos, máquinas e insumos em geral).

A questão central neste momento seria analisarmos a razão pela qual tal modelo de desenvolvimento fora adotado diante de tantas discrepâncias sociais. No caráter do processo de industrialização e do mercado consumidor formado por este encontramos a provável explicação. O fato era que na América Latina criou-se um consumidor exigente que requeria padrões de qualidade dos produtos semelhantes às vigentes nos países avançados e independente da forma de produção escolhida pelos empresários, que requeria menos mão de obra e crescente inserção de tecnologia avançada. A industrialização acelerada, sob poucas restrições alfandegárias, gerou assim um mercado consumidos alto, exigente e restrito às altas e médias classes urbanas, e a ele era direcionado, adotando claramente uma industrialização baseada na indústria estrangeira ou na indústria nacional a esta ligada. Este era, portanto, um processo que concentrava capital e que levava as empresas, atingidas pela

⁴⁴ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 40

crescente e forte concorrência estrangeira, a formarem entre elas conglomerados ou associações, principalmente associações com grupos estrangeiros capazes de produzir tecnologia avançada e proprietários de meios financeiros necessários à expansão.

3. O modelo político brasileiro pós 1964

No início dos anos sessenta, o Brasil encontrava-se num período marcado por grande crise econômica - altas taxas de inflação, crescimento econômico decrescente e dificuldades crescentes com a balança de pagamentos - o que alimentava a insatisfação da população e as tensões sociais. Estas procuravam ser amortizadas com a prática de políticas nacional-populistas baseadas na reforma agrária, na redistribuição de renda, regulamentação do capital externo, crescente estatização, entre outras. Porém, a crise econômica e social acentuou-se seriamente levando à exaustão o sistema político brasileiro vigente. Foi então que, em meados de 1964, os militares intervêm no sistema político brasileiro e assumem o governo, implantando no país um regime autoritário. O movimento militar de 1964 procurou legitimizar sua intervenção com a justificativa de que seriam restauradores da economia brasileira em crise⁴⁵.

Difundiou-se a crença que existia uma relação direta entre desenvolvimento econômico e autoritarismo e de que este seria condição essencial para o êxito daquele. Instalava-se um sistema centralizado e burocrático que foi capaz de gerar políticas e mobilizar a população através de ideais de fortalecimento na Nação, que procurou se legitimizar com os êxitos econômicos obtidos, ainda que fosse um sistema altamente repressor.

Em oposição à algumas análises realizadas sobre o período, para os quais a revolução de 64 seria tão somente um prolongamento do golpe militar de 1930, Cardoso

⁴⁵ Sobre o golpe de 64 Cardoso considera que: "De fato tratava-se da necessidade de recompor os mecanismos de acumulação e de recolocar esta última num patamar mais alto capaz de atender ao avanço verificado no desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo requereu, entre outras políticas, a de contenção salarial e desmantelamento das organizações sindicais e políticas que, no período populista, haviam permitido que os assalariados lutassem e conseguissem diminuir os efeitos negativos que a acumulação inicial exerce sobre os salários." Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 51

nos apresenta várias das alterações ocorridas no modelo social e econômico de um período para o outro.

No movimento de 64 alteraram-se o próprio padrão de desenvolvimento econômico e a correlação de forças que o sustentava. Anteriormente, ao Estado cabia a função de investidor decisivo e fundamental dentro do conhecido “tripé”- Estado, capital privado nacional e privado internacional - que, nesta ordem, constituíam as molas para o desenvolvimento. Na década de sessenta, nota-se que as corporações internacionais passaram a diversificar não só nos ramos e atividades econômicas sob seu controle, mas também na localização de suas fábricas, resultando em maior interdependência na esfera produtiva internacional e numa modificação nas formas de dependência entre centro e periferia. Com isto, podemos afirmar que dentro do sistema de poder, os grupos sociais que expressavam o capitalismo internacional ganharam importância. Da mesma maneira, as Forças Armadas e a tecnocracia, antes marginalizadas pelo sistema nacional populista, também ganharam influência, tornando-se peças chaves no regime autoritário. Por outro lado, os setores antes de prestígio, como os agrários, a classe média burocrática tradicional e os líderes sindicais, perderam território nesta nova estrutura de poder.

A explicação para esta mudança na estrutura social estava na necessidade prévia que o estabelecimento do processo de acumulação, dirigido por este novo regime, tinha na desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares⁴⁶.

O que permitiu a estabilidade social relativa entre militares, burguesia e classes médias foi a formulação de um modelo de desenvolvimento e um regime político que, sem eliminar as contradições entre as diversas facções, tornou-as compatíveis em face de inimigos maiores, representados pela ameaça de uma política favorável às classes populares. Somada esta estabilidade social com o dismantelamento da organização da

⁴⁶ Neste processo de acumulação fazia-se necessário, primeiramente, a recomposição dos mecanismos de acumulação para se alcançar o desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo requeria, entre outras políticas, a de contenção salarial e o dismantelamento das organizações sindicais e políticas que em geral, no período populista, beneficiavam a luta da classe assalariada. Esta classe era vista então como grande foco de pressões políticas.

classe de assalariados pela repressão militar, retomou-se o desenvolvimento e a acumulação capitalista⁴⁷.

Adotou-se uma política econômica desenvolvimentista que atendia aos interesses da burguesia internacionalizada mas que, ao mesmo tempo, deixava-a à margem do sistema político. A burguesia que, um primeiro momento, aceitou o aumento da interferência militar, não consegue posteriormente retomar seu poder civil dentro do sistema político. O sistema de partidos e as organizações da classe média e burguesa foi ligada cada vez mais com os grupos militares que ocupavam o Estado, marginalizando ou neutralizando o poder de decisão daquelas classes. A aceitação da classe média à intervenção militar pode ser explicada então pelo fato de que esta classe enxergava, no regime militar, uma chance de incorporar-se no “carro” desenvolvimentista. O modelo de desenvolvimento adotado, ainda que dependente, permitiu sim dinamismo e crescimento econômico, entretanto, marginalizou os setores populares, concentrando renda e aumentando a miséria relativa.

Alterou-se também durante o período a estrutura produtiva. As formas de exploração passam a articular-se entre os monopólios internacionais e empresas locais, dando continuidade ao endividamento externo e à dependência tecnológica, além de ser intensificado o controle do sistema industrial privado pelas empresas estrangeiras, características de subordinação entre periferia e centro. Em relação às empresas públicas, estas passam a funcionar como grandes corporações em busca dos mesmos resultados alcançados pelas empresas privadas. Exemplo importante deste período é a constituição da indústria petroquímica brasileira a Petrobrás, que associa-se com empresas nacionais e estrangeiras, ainda que mantendo-se como empresa líder no consórcio. O resultado disso foi a diminuição da oposição entre empresas públicas e privadas e a aliança política entre as classes nacionalistas e as classes burguesas internacional e internacionalizadas.

⁴⁷ O termo estabilidade, neste contexto e de acordo com Cardoso, seria “a manutenção de um padrão de organização social (a sociedade de classes) dentro do qual, entretanto, a mobilidade não somente é possível como ideologicamente estimulada, à condição de que não exista um processo político de mobilização que ponha em risco o sistema. Trata-se pois, de um conservantismo moderno, que, no plano ideológico, quer manter socialmente aberta uma sociedade politicamente fechada que se baseia no dinamismo da empresa capitalista, pública ou privada.”, Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 67

O questionamento seguinte do autor gira em torno do ideal da Nação dentro deste novo contexto histórico introduzido pelo golpe de 64 que pôs, segundo Cardoso,

“ a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Nesse sentido, modernizou a máquina estatal e lançou as bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional.”⁴⁸

O problema maior notado pelo autor estaria no fato que a burguesia local dos países dependentes não teriam realizado uma revolução econômica como aquelas que ocorreram nos países avançados. A “revolução” da burguesia do capitalismo dependente não se direcionou à consolidação de uma nação, mas consistiu a sua integração no capitalismo internacional como associado e dependente. O golpe de 64 teria sido um fator adicional que limitava a revolução dessa burguesia na medida em que significava a repressão das classes trabalhadoras, políticas de contenção salarial e maior facilidade entre a associação entre os atores integrantes do já mencionado “Tripé”. _

Num momento em que ainda o regime político autoritário era vigente e apesar das alianças sociais e da temporária estabilidade social alcançadas pelo regime militar, este começara a mostrar suas fragilidades, como foi notado por Cardoso em meados de 1971:

“ (...) o sistema tem dois desestabilizadores, um no seu interior, outro alheio e oposto a ele: a repressão incontrolada e a ação armada de esquerda. Além disso, por não conseguir institucionalizar-se encontra em cada período de sucessão um momento de crise (...) o curso atual do processo político levou o regime a um impasse. Apesar do êxito econômico e da disposição de parte dos setores que o apoiam para criar um ‘sistema de reconciliação’, as forças contrárias a isso estão estrategicamente colocadas dentro e fora do sistema.”⁴⁹

4. Marginalidade e Participação social na América Latina

O tema da marginalidade ganha importância à medida que o modelo de desenvolvimento adotado pelos países da América Latina mostra, como uma de suas piores conseqüências, a marginalização de grande parte da população do mercado econômico e da vida política. Buscava-se a superação da marginalidade através de políticas que acelerassem

⁴⁸ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 71

⁴⁹ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 81

a participação social, uma vez que a participação era vista como o único meio possível para se transformar o desenvolvimento num processo gerador de benefícios e bem estar a todos. Para Cardoso, esta visão teria suas limitações quanto ao seu alcance e validade. Faz-se necessário, antes de qualquer maior discussão, o esclarecimento dos conceitos *marginalidade* e *participação social*, os quais são apresentados por Cardoso de acordo com as visões de Anibal Quijano e de José Nun⁵⁰.

Quijano aborda o termo marginalidade partindo, inicialmente, do conceito geral de marginalidade social, que seria uma situação social caracterizada por problemas de integração de parte da sociedade com o restante dela. Tal situação seria resultado da própria natureza da estrutura vigente da sociedade, de padrões e das tendências que a regem, partindo Quijano aqui de uma visão histórico-estrutural. A abordagem dada por Quijano supõe que a sociedade integre diversos setores estruturados de instituições relacionadas entre si de maneira conflitiva e descontínua. Marginalidade não pode ser vista como um “não pertencer” à sociedade, mas como um modo específico de integração a esta:

“(...) a marginalidade social consistiria em um modo limitado e inconscientemente estruturado de pertencer e participar da estrutura geral da sociedade, seja por parte de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja por parte do conjunto destas em todos ou em partes de seus setores institucionais.”⁵¹

Dada esta definição, Quijano passa a discutir a marginalidade em relação aos setores dominantes da sociedade, a chamada *marginalidade radical*, caso que ocorreria nas sociedades latino-americanas, nas quais coexistiriam dois tipos de estruturas sociais, uma marginal e outra integrada, visto que a marginalidade seria um fator necessário ao modelo de desenvolvimento adotado por tais países, nos quais haveria a possibilidade de que:

“a estrutura de dominação social incluía entre seus setores de interesse fundamental os setores marginais. Isto é, que tal sistema de dominação ou estrutura de poder dentro da estrutura geral da sociedade não pode existir e desenvolver-se, sem que exista dentro dela e se desenvolva um setor marginal. Em outras palavras, que os grupos sociais que dispõem dos recursos de poder geral na sociedade, ou seja, que participam

⁵⁰ Quijano, A. em *Notas sobre el concepto de marginalidad social*, 1966 e Nun. José, em *Planteo general de la marginalidad en America Latina*, 1967, ambos os textos utilizados por Cardoso foram distribuídos na CEPAL E no ILPES, em Santiago.

⁵¹ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 174

de maneira dominante no sistema de dominação social, não podem ocupar esta posição senão sobre a base da existência de um setor de marginalidade social.”⁵²

Utilizando-se de um procedimento de contrastes e semelhanças, J. Nun pensa a categoria marginalidade a partir de três noções: a de exercito de reserva, a da pobreza e a de classes sociais.

A noção de exercito de reserva é explicada por Nun de maneira comparativa entre os processos de formação do proletariado na Europa e na América Latina. Naquele, o processo capitalista e as classes empresariais teriam criado uma população operária excessiva para as necessidades médias do capital, de maneira que gerasse uma pressão constante por parte da oferta de mão de obra e, conseqüentemente, uma redução nos salários. Haveria então um exercito de reserva (os desocupados) necessário para a manutenção de um equilíbrio relativo e imperfeito entre oferta e demanda por trabalho e para o estabelecimento de um nível salarial compatível ao nível de subsistência. Tratava-se de um modelo de desenvolvimento autônomo no qual “ a tecnologia, autoctone, guardava certa relação com a disponibilidade de mão-de-obra existente.”

Já o modelo adotado pela América Latina era, entretanto, dependente, no qual as decisões quanto à tecnologia importada e à fixação dos salários faziam-se independentes da condições do mercado, ocorrendo, portanto, de maneira não autônoma:

“ (...) no caso polar de modelo de mercado dependente pode-se supor que, por um lado, a correspondência entre a pauta de ocupações oferecidas e a pauta de trabalhadores disponíveis seja mínima e, por outro, os salários nem sequer se fixam segundo as condições do mercado. Some-se a isso que graças à ‘tendência crônica à estagnação’ e à impossibilidade de exportar mão-de-obra, ‘se configura uma situação em que as taxas de desemprego e subemprego podem ser altíssimas e não conjunturais (...) podendo ser também uma conseqüência diretamente desejada pela estratégia dos empresários.”⁵³

Nun apresenta a idéia de exército de reserva excessivo, gerado nos mercado de trabalho dependentes, como é o caso da América Latina, que sendo tão abundante, “ultrapassaria a lógica do próprio conceito de exercito de reserva, pensando nas condições de um mercado de trabalhador autônomo.” A existência de um exército de reserva

⁵² Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 175

excessivo ou da massa de trabalhadores em excesso não manteria a mesma taxa de exploração baseada nos níveis de subsistência da população, entretanto, sua existência teria de ser considerada como fator útil e necessário à própria dinâmica do sistema que a exclui.

A comparação entre os exércitos de reserva existentes entre América Latina e Europa, por exemplo, leva o autor a concluir que as diferenças entre os dois sistemas não são conjunturais, mas estruturais, crescendo assim a importância do conceito de dependência na discussão sobre marginalidade nos países subdesenvolvidos.

Na categorização da marginalidade, no contexto da teoria de classe⁵⁴, Nun considera que a massa composta pelos trabalhadores e pelos desocupados seja a mesma, formando assim a chamada: massa proletária. Haveria diferenças entre estes dois grupos relacionadas ao grau de consciência de classe e de organização de cada grupo. Porém, sendo verdadeira a identidade que se supõe na caracterização do “exercito de reserva excessivo” entre ambos grupos, a dinâmica política destes estará subordinada à capacidade que tenha algum setor da classe de exercer hegemonicamente o papel unificador político do conjunto. “Neste caso, mesmo os setores mais debilmente vinculados ao mercado de trabalho poderiam, teoricamente, unir-se sob o controle dos setores que expressassem os objetivos *da classe*. Caso contrário, haveria que voltar a algumas interrogações propostas por Quijano no, que considera possível um conflito entre os interesses dos grupos marginais e dos grupos integrados.”⁵⁵

5. Dependência e Imperialismo

A discussão de Cardoso neste item centraliza-se nos aspectos do processo de expansão econômica dos países avançados nos países menos desenvolvidos. O imperialismo, caracterizar-se-ia, segundo Lênine, por quatro fatores: a) o surgimento de mercados monopolistas; b) transformação do caráter do capitalismo, com a crescente importância que o capital financeiro sobre o capital produtivo; c) o imperialismo surge

⁵³ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 178

⁵⁴ Convém notar que a categorização da marginalidade no contexto da pobreza, feita por Nun, não chega a ser discutida por Fernando Henrique Cardoso, que a “deixa de lado”.

⁵⁵ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 180

tanto interna como externamente, o primeiro com o controle do sistema produtivo pelos bancos, e externamente com a expansão das forças produtivas na busca por novos mercados e d) o processo de desenvolvimento nos países menos desenvolvidos impulsiona os países avançados a buscar o controle político nestas áreas coloniais.

Seguindo esta visão, o imperialismo teria levado as nações dependentes a se inserirem ao mercado internacional, de maneira desigual, formando-se a conhecida relação econômica de metrópole-colônia. O crescimento dos países atrasados restringia-se, seguindo tal relação, aos setores agrícolas e mineradores, que significavam fontes de matérias-primas que davam continuidade ao desenvolvimento industrial das nações avançadas. Ademais, o imperialismo criava baixos níveis salariais para a força de trabalho dos países dominados, o que reduzia ainda mais o custo de seus produtos exportados. Portanto diz-se que “ (...) o lucro imperialista estava baseado no comércio desigual e na exploração financeira.” (pág.190)

Durante o primeiro período deste processo de expansão nos países da América Latina o crescimento do mercado interno destes ocorrera de maneira limitada, assim como a expansão de seus setores indústrias. Contudo, notou-se crescimento da dependência financeira e produção e exportação de matérias-primas. Este quadro começa a mudar quando notamos que o investimento estrangeiro não mais restringe-se à exploração de matérias-primas, mas direciona-se também aos setores indústrias, com a inserção de corporações multinacionais das economias centrais, definindo-se as novas formas de dependência econômica nos países em desenvolvimento da América Latina.

Para Cardoso, a partir deste contexto, a penetração destas corporações nas economias dependentes não pode ser vista como um aspecto contraditório ao desenvolvimento das mesmas:

“De fato, dependência, capitalismo monopolistas e desenvolvimento não são termos contraditórios, pois ocorre um tipo de desenvolvimento capitalista dependente nos setores do Terceiro Mundo que estão integrados na nova forma de expansão monopolistas”⁵⁶

⁵⁶ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 195

Este tipo de desenvolvimento acarreta, entretanto, na coexistência dentro destas economias de dois setores econômicos e sociais⁵⁷, um moderno e outro atrasado, resultando na chamada “dualidade estrutural” que funcionaria como um mecanismo de manutenção dos baixos níveis salariais característicos dos países dependentes.

Outra consequência deste tipo de modelo de desenvolvimento adotado pelos países atrasados é a dependência tecnológica, visto que a produção dos meios de produção concentravam-se nas economias capitalistas avançadas. A importância deste tipo de dependência torna-se ainda mais notória se considerarmos que o controle da tecnologia é um passo necessário para a continuidade do processo de acumulação de capital. Com as economias dependentes exportando os lucros obtidos pelas corporações estrangeiras às economias centrais (em proporções maiores que a importação de capitais), a reinversão do lucro, o desenvolvimento de novas tecnologias e, portanto, a acumulação de capitais, ficam assim comprometidos.

Politicamente, dentro deste contexto, a “burguesia nacional” é vista por Cardoso como a maior beneficiária neste modelo de desenvolvimento baseado na inserção de investimentos externos.

“Refiro-me não somente aos associados diretos mas também aos grupos econômicos que se beneficiam da atmosfera eventual prosperidade, derivada do desenvolvimento dependente (como se vê facilmente no Brasil e no México). O processo vai mais além, e não somente parte da ‘classe média’ está envolvida no novo sistema, mas inclusive parte da classe trabalhadora. Os trabalhadores empregados no setor ‘internacionalizado’ pertencem estruturalmente a este grupo.”⁵⁸

⁵⁷ O dualismo social pode ser verificado se considerarmos que o tipo de desenvolvimento produzido pela inserção de investimento estrangeiro acaba criando um tipo de mercado consumidor restrito, limitado e direcionado para satisfazer o consumo das classes de altas rendas cada vez mais modernizadas.

⁵⁸ Cardoso, F. H., (1979) op. cit. Pág. 200

CAP III. A Questão do Desenvolvimento na América Latina

1. Introdução

A teoria da dependência surgiu na América Latina nos anos 60 como uma forma para explicar as características do processo de desenvolvimento sócio-econômico dos países daquela região. Desenvolveram-se inúmeras discussões teóricas em torno do subdesenvolvimento da América Latina, de sua dependência em relação aos países mais desenvolvidos e de que maneira poderíamos superá-lo. A “escola da dependência” pode ser dividida em basicamente três tipos de enfoques, de acordo com Palma ⁵⁹:

No primeiro, os representantes principais são Paul Baran e G. Frank. Para eles haveria necessariamente uma contradição entre as necessidades do imperialismo com o processo de industrialização e desenvolvimento econômico das nações periféricas. As elites pré-capitalistas destas nações estariam aliadas com os interesses dos países capitalistas mais avançados, implicando em limites ao crescimento da periferia. Frank demonstra também que a inserção da periferia no sistema capitalista transformou-as em países supostamente capitalistas. Tal integração resultou num sistema de metrópoles e satélites, na qual os excedentes gerados por estes são absorvidos pelas metrópoles. As possibilidades da periferia se desenvolver ficam assim limitadas, ao menos que ocorra o rompimento daquele sistema por meio de uma revolução socialista, permitindo deste modo o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

O segundo enfoque da “escola da dependência” refere-se à uma visão que surgiu dentro da CEPAL, a visão estagnacionista, que tem em Celso Furtado um de seus principais representantes. Dentro desta concepção, o subdesenvolvimento não é considerado como uma “fase” do processo de desenvolvimento, mas um fenômeno da história moderna que se caracteriza fundamentalmente pela incapacidade da sociedade dependente controlar os

⁵⁹ PALMA, G. *Dependencia y Desarrollo: una visión crítica* ", In Seers D.(compilador) - *Teoría de la dependencia: una revolución crítica*. Fondo de Cultura Económica - México, 1978.

meios e os fins do desenvolvimento capitalista. A partir destas idéias, Furtado analisa o desenvolvimento dos países latino-americanos, que teriam passado por um processo de substituição de importações que não os levou ao desenvolvimento autônomo, gerando uma tendência à estagnação⁶⁰.

Em “Dependência de Desenvolvimento da América Latina” Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto inauguram um novo enfoque dentro da escola. Em comum com os anteriores, este enfoque também enxerga as economias periféricas como parte integrante do sistema capitalista mundial, mas incorporando as transformações que estão ocorrendo neste sistema na análise do desenvolvimento dos países latino-americanos. As corporações multinacionais estariam transformando progressivamente as relações entre o centro e a periferia, na qual o capital estrangeiro surge como um meio para que os países periféricos se industrializem. Dependência e industrialização não seriam então necessariamente contraditórias mas um caminho alternativo ao desenvolvimento dependente da periferia.

É dentro destes debates teóricas que centraremos nossas discussões, uma vez realizada a sistematização das principais obras de Fernando Henrique Cardoso, referentes ao modo como Cardoso pensa as seguintes que questões:

- (a) A relação entre desenvolvimento capitalista dependente e formação do Estado Nacional;
- (b) O nexu entre a industrialização e integração social;

2. O Desenvolvimento Econômico Capitalista

A fim de compreendermos a relação entre desenvolvimento capitalista dependente e formação do Estado Nacional pensada por Fernando Henrique Cardoso, necessitamos primeiramente apresentar claramente as diferentes dimensões que foram dadas ao conceito de desenvolvimento.

⁶⁰ Furtado parte da análise da demanda dos países periféricos que, por ser altamente concentrada, adota padrões de consumo similar ao dos países desenvolvidos (processo imitativo dos padrões de consumo). Esta imposição externa de padrões de consumo seria a primeira manifestação da dependência. Estrangulamentos externos levariam a um processo de substituição de importações, que concentraria a industrialização nos setores de bens duráveis e de capital devido ao tipo sofisticado e ao baixo volume da demanda existente. A industrialização nestes países estaria desta forma condicionada por uma demanda preexistente e relacionada com o perfil desta demanda, e não com o nível de acumulação de capital do país.

O desenvolvimento, de acordo com uma visão mais quantitativa, pode ser entendido como um processo social de produção que, mediante crescente acumulação de capital e inserção de progresso técnico, torna-se mais eficaz, elevando a produtividade das forças de trabalho. Entretanto, seguindo uma visão mais qualitativa, relacionamos o desenvolvimento com o grau de satisfação das necessidades básicas da sociedade. Neste caso, somente a acumulação de capital não poderia ser vista como desenvolvimento, mas a esta teríamos que adicionar também o conceito da coesão social. O aumento da produtividade sem que ocorra coesão social é similar, nesta visão qualitativa, ao conceito de crescimento econômico, extraindo-se aqui o carácter de desenvolvimento nacional do processo.

Na visão de Celso Furtado o aumento da eficácia do sistema produtivo, geralmente apresentado como indicador principal do desenvolvimento, não poderia ser visto como condição suficiente para que as necessidades elementares da população sejam melhor satisfeitas. Ao contrário, o que se nota nos países da América Latina é a degradação das condições de vida de grande parte da população como a consequência mais perversa da introdução de técnicas mais sofisticadas em economias periféricas e dependentes. Nas palavras de Furtado:

“As primeiras idéias sobre *desenvolvimento econômico*, definido como um aumento do fluxo de bens e serviços mais rápido que a expansão demográfica, foram progressivamente substituídas por outras transformações do conjunto de uma sociedade às quais um sistema de valores empresta coerência e sentido. Medir um fluxo de bens e serviços é operação que somente tem consistência quando tais bens e serviços se liguem à satisfação de necessidades humanas objetivamente definíveis, isto é, identificáveis independentemente das desigualdades sociais existentes. Quando o economista adiciona gastos realizados pelos consumidores, está em busca de uma variável representativa da *demanda efetiva* e não de um indicador de bem-estar social. Contudo é esta última a idéia que está contida no conceito de desenvolvimento.”⁶¹

O subdesenvolvimento para Furtado não estaria associado à pobreza ou riquezas monetárias, mas seria o produto histórico de vontades políticas da sociedade quando esta

Cria-se assim um processo que tende continuamente a aprofundar a situação de dependência

⁶¹ FURTADO, C. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, 2^o ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1981, pp. 26

opta onde aplicar o excedente social proveniente do processo de acumulação de capital: no consumo conspícuo tendo em vista a cópia dos estilos de vida das economias centrais. Há sim o problema econômico, mas quando parte da sociedade periférica imita os padrões de consumo existentes nos países centrais (processo chamado pelo autor de *modernização*), e o financiamento disto encontra-se na acentuação das desigualdades sociais, o problema do subdesenvolvimento torna-se fundamentalmente um problema sócio-cultural. Em outras palavras, o subdesenvolvimento seria o produto da modernização, da assimetria entre padrões de consumo da sociedade e de sua lenta capacidade de acumulação produtiva.⁶²

Da mesma forma, Florestan Fernandes critica as teses que sobrevalorizam os aspectos econômicos e técnicos do desenvolvimento, em detrimento dos aspectos sociais e culturais da sociedade, contrariando-se aos que defendem a intensificação do processo de acumulação de capital como a solução para a superação do subdesenvolvimento. O conceito e desenvolvimento não poderia ser então resumido como sendo crescimento econômico, como mostra o autor, referindo-se ao caso brasileiro:

“Ao contrário do que se pensa e do que se tem propalado freneticamente, como uma espécie de fê, os problemas do Brasil, vistos sociologicamente, não são ‘problemas de crescimento’. Crescimento tem havido, especialmente ao nível econômico. Ele não chegou a assumir, porém, as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais que compartilham da mesma civilização.”⁶³

Para o mesmo autor, o dinamismo das economias capitalistas periférica, por serem dependentes, encontraria seus limites de expansão no próprio dualismo estrutural que lhes viabiliza a industrialização. A heterogeneidade estrutural bloquearia a possibilidade do sistema produtivo das economias periféricas vir a ser autônomo, e porque não dizer, a possibilidade delas se tornarem economias nacionais:

⁶² Uma economia desenvolvida move-se endogenamente pelas leis do mercado, pela concorrência. Diferentemente, as economias subdesenvolvidas sofrem modificações de acordo com as transformações que ocorrem nos países centrais. Nos países centrais a circulação é subordinada pela produção. Na periferia não há o encadeamento entre os vários ciclos produtivos, que são explicados nestes casos por fatores externos às economias periféricas, exogenamente.

⁶³ Passagem obtida em SAMPAIO Jr., P. S. A. *Entre a Nação e a Barbárie : uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Tese de doutorado - UNICAMP - Instituto de economia, 1996, Pág. 150.

“(...) os dinamismos de uma economia capitalista dependente não conduzem à autonomia, mesmo sob condições favoráveis de crescimento econômico. Como a articulação se dá ao nível dos interesses estritamente lucrativos do capital, no qual a ação econômica adquire significado e funções capitalistas independentemente das formas de organização das relações de produção, tanto o setor arcaico mantém, cronicamente, sua dependência diante do capital externo quanto o setor moderno surge em um clima de associação indireta com esse capital (mediante suas articulações com o setor arcaico) e cresce configurando-se como este último (pela presença maciça ou pela associação crônica com o capital externo).”⁶⁴

Contrariamente às teses de Furtado e Florestan Fernandes, o conceito de desenvolvimento dado por Cardoso valoriza mais os aspectos econômicos que os socio-culturais, uma vez que defende que desenvolvimento seja o próprio crescimento econômico, e que este só poderia ser alcançado pela industrialização da periferia. O modo como seria realizada a industrialização nos países latino-americanos dentro do esquema centro-periferia não poderia ser considerado como um obstáculo nem ao dinamismo do próprio processo industrializante, nem ao desenvolvimento econômico destas nações. Portanto diz-se que dependência e industrialização não seriam então necessariamente contraditórias mas um caminho alternativo ao desenvolvimento dependente da periferia:

“Depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho a dependência não colide mais com o desenvolvimento das economias dependentes. (...) Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência. Os beneficiados desse processo seriam as empresas estatais, as multinacionais e as empresas associadas a essas duas. É o chamado tripé do desenvolvimento dependente-associado.”⁶⁵

Cardoso critica a visão de Furtado alegando que o desenvolvimento pensado por este estaria sobrevalorizando a questão da racionalidade subjetiva na escolha dos fins do

⁶⁴ SAMPAIO, Jr. P. S. A. (1996) op. cit. Pág. 160

⁶⁵ CARDOSO, F.H & FALLETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, pág. 27.

processo de acumulação capitalista, reduzindo-se a importância da questão tecnológica e econômica do desenvolvimento⁶⁶.

Cardoso considera errôneo relacionar o problema do desenvolvimento com os problemas de autonomia de valores e de aumento de produtividade física quando Furtado afirma que “a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, que é a expressão do sistema de valores da sociedade.” Em sua crítica a Furtado, Cardoso é claro:

“A crítica proposta por nosso autor (Furtado) vai desde o aproveitamento do instrumental de análise corrente na economia ‘ortodoxa’ até às preocupações com o horizonte valorativo de opções, passando pela ênfase nos elementos estruturais e na racionalidade no uso de fatores. Mas ela mantém a fé no que de mais clássico o século XIX legou à ciência social contemporânea: a idéia de otimização do uso de fatores e a crítica, iniciada pelo marxismo, à pura racionalidade formal. Só que Furtado, ao rebelar-se contra a racionalidade formal introduz um leque indeterminado (e portanto, no limite irracional) de opções: o sistema valorativo. A tensão entre o que se quer (quem quer?) e o progresso material possível (não apenas em termos físicos, mas das técnicas de sua utilização) constituiria a equação não resolvida do desenvolvimento.”⁶⁷

A posição de Cardoso acerca desenvolvimento capitalista, em contraposição às defendidas por Florestan e Furtado, pode ser claramente percebida na seguinte passagem, em sua obra “*As Idéias e seu Lugar*”:

“Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a idéia de que esta ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (ou melhor, nos países da periferia que se industrializaram, pois não é possível generalizar o fenômeno) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é

⁶⁶ Nas palavras de Furtado: “o conceito de desenvolvimento pode ser igualmente utilizado com referencia a qualquer conjunto econômico no qual a composição da procura traduz preferências individuais e coletivas baseadas num sistema de valores. Se o conjunto econômico apresenta estrutura simples, isto é, se a procura não é autocriada, como no caso de uma empresa ou de um setor produtivo especializado, convém evitar o conceito de desenvolvimento e utilizar simplesmente o de crescimento. (...) o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento superando-as. Com efeito: ele se refere ao crescimento de uma estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão social do trabalho.” FURTADO, C. *Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975, p. 90, passagem selecionada por CARDOSO, F.H. *As idéias em seu Lugar - Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

⁶⁷ CARDOSO, F.H. *As idéias em seu Lugar - Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993, Pág.136

contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades. Nestes termos, não vejo como recusar o fato de que a economia brasileira ou a mexicana estejam desenvolvendo-se capitalisticamente (...) assim, parece-me que existe simultaneamente um processo de *dependência* e de *desenvolvimento* capitalista.”⁶⁸

Neste contexto, também há contradições entre os atores no que se refere à construção de Estados Nacionais ou no processo de desenvolvimento nacional. Para Furtado, basicamente, como pré-condição da formação de uma nação, quatro fatores a serem alcançados são essenciais: 1) obter o controle sobre os meios (mecanismos de apropriação e acumulação), o que significa a criação de centros internos de decisão; 2) obter também o substrato social ou homogeneização social; 3) obter homogeneização do espaço (regiões); 4) construir um sistema econômico nacional no qual a industrialização possa ser voltada ao atendimento das necessidades elementares do conjunto na nação. Resumidamente, a formação de uma nação requer integração social, homogeneização regional, soberania, democracia e um sistema produtivo eficaz e autônomo.

Cardoso, entretanto, assume que a nação é já uma realidade nas economias periféricas. Com o processo de internacionalização dos mercados internos, as economias periféricas dependentes possuiriam poder de decisão e negociação interna e externamente, entre as classes sociais e entre as nações o que caracterizaria a “nova dependência” nos países periféricos. É esta nova dependência que permitiria o desenvolvimento econômico nos países da América Latina. Em *Dependência e Desenvolvimento* (1970), Cardoso em suas conclusões finais, esclarece sua posição sobre o que seria a nova dependência:

“ (...) procuramos mostrar a autonomia relativa, as contradições e as possibilidades de convergência entre o sistema econômico e o processo político (nos países da América Latina) (...) A novidade da hipótese não está no reconhecimento da existência de uma dominação externa - processo óbvio - mas na caracterização da forma que ela assume e dos efeitos distintos, com referência às situações passadas, desse tipo de relação de dependência sobre as classes e o Estado. Salientamos que a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos *desenvolvimento* e *dependência*, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. Já não são só interesses

⁶⁸ CARDOSO, F.H. op. cit. (1993), Pág. 76

exportadores que subordinam os interesses solidários com o mercado interno, nem os interesses rurais que se opõem aos urbanos como expressão de um tipo de dominação econômica. Ao contrário a especificidade da situação atual de dependência está em que os 'interesses externos' radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas.”⁶⁹

Em seus estudos sobre a crise da teoria do desenvolvimento, Plínio Sampaio resume claramente a posição de Cardoso acerca a questão nacional:

“A projeção de uma conjuntura histórica muito particular como um dado invariável da situação periférica levou à concepção de que já não havia incompatibilidade entre imperialismo e consolidação de sistemas econômicos nacionais. A presença de burguesias dependentes com maior capacidade de negociação no cenário internacional - fenômeno relacionando com o complexo equilíbrio geopolítico da Guerra Fria - induziu à superestimação do grau de autonomia das economias periféricas. O interesse do capital internacional em aproveitar as oportunidades de investimento geradas pelo processo de substituição de importações mediante deslocamento de unidades produtivas - interesse associado a uma fase específica de internacionalização do capital - levou a inferência de que já não havia oposição irredutível entre imperialismo e industrialização periférica.”⁷⁰

Quando Cardoso resume a problemática do desenvolvimento econômico nos países da América Latina como sendo um problema de crescimento da economia ou a própria industrialização, ocorreu foi o “deslocamento da perspectiva original da Economia Política da Cepal”⁷¹, que aqui representamos como sendo a visão de Furtado, de modo que

“Abandonadas as preocupações com os determinantes do processo de realização dinâmica, os dilemas do desenvolvimento foram reduzidos à formação bruta de capital. Assim, redefinidas como a problemática da industrialização capitalista retardatária, os desafios da industrialização nacional converteram-se em uma questão de acumulação de capital. Apagada a distinção entre desenvolvimento capitalista nacional e acumulação de capital, a problemática do desenvolvimento confundiu-se com a discussão sobre crescimento econômico. O debate sobre os aspectos qualitativos do processo de incorporação de progresso técnico, relacionados com a capacidade da sociedade nacional de conciliar aumentos progressivos na eficiência econômica e elevações sistemáticas no bem-estar do conjunto da população, foi afastado do horizonte de

⁶⁹ CARDOSO, F.H & FALLETTO, E.(1970) op. cit. Pág. 141

⁷⁰ SAMPAIO, Jr. P. S. A. (1996) op. cit. Pág. 36

⁷¹ SAMPAIO, Jr. P. S. A. (1996) op. cit. Pág. 39

preocupações teóricas, para privilegiar os aspectos quantitativos de expansão das forças produtivas, associadas à racionalidade do processo de acumulação.”⁷²

3. Industrialização e Integração social

Cardoso não constrói umnexo direto entre marginalidade e desenvolvimento industrial em seus discursos teóricos acerca o desenvolvimento das economias capitalistas dependentes. Ao menos, não expressa abertamente sua visão sobre tal tema. Porém, podemos começar a compreendê-la quando Cardoso critica os discursos de Nun e Quijano sobre a marginalidade, desconstruindo-os teoricamente (para melhores informações sobre a análise de tais autores, rever o segundo capítulo, item 3).

Considerar a marginalidade como “funcional” ao desenvolvimento capitalista da periferia, como faz Nun, seria um equívoco, de acordo com Cardoso, pois neste caso a validade do conceito de exército de reserva excessivo estaria sendo radicada em sua utilidade e necessidade, não para a definição do nível de salários, mas para a existência do sistema. Deste modo, o conceito de marginalidade estaria sendo fundamentado não ao nível das relações econômicas, como deveria ser, mas ao nível de uma necessidade “global inespecífica de funcionamento de uma entelúquia chamada sistema.” Poderíamos afirmar então que, na crítica de Cardoso, a visão de Nun estaria teoricamente inadequada, sendo errada a atribuição funcional dada às massas marginais na manutenção do próprio sistema econômico que as exclui.

Cardoso desconstrói o discurso de Nun atacando a validade da metodologia por este utilizada, apontando ainda a insuficiência empírica de suas análises. Em sua crítica a Nun, Cardoso afirma que: (...) não será através de comparações entre semelhanças e diferenças que se conseguirá determinar de modo concreto, histórico-estruturalmente, o significado de uma situação em que parece existir um exército de reserva excessivo. Por esse caminho pode-se chegar a reconhecer evidências empíricas, porém o significado delas estará debilmente vinculado no plano teórico. (...) Passa-se do conceito de exército de reserva (que em Marx se determina com referência a uma forma de dominação e um modo de

⁷² SAMPAIO, Jr. P. S. A. (1996) op. cit. Pág. 55-56

produção) aos efeitos de um mercado e trabalho dependente, sem mostrar como se foram constituindo, historicamente, as situações de dependência .”⁷³

Continua Cardoso: “ É possível pois, falar tanto de dependência, como de exercito de reserva e de setores sociais colocados á margem do mercado capitalista, com a condição de que estejam articulados em um todo diferenciado e hierarquizado por intermédio de relações de exploração econômica e de dominação de classes, cuja história e cujas leis de desenvolvimento devem ser evidenciadas por pesquisas concretas.”⁷⁴

Quando Quijano atribui o carácter de “necessidade” à marginalidade existente nas sociedades latino-americanas⁷⁵, ele estaria também afirmando que esta necessidade derivaria da própria estrutura dominante e básica da sociedade global, e portanto, a marginalidade seria nestas sociedades um elemento essencial da totalidade social, funcional à sua existência. Entretanto, para Cardoso, não haveria sentido algum em se dizer que as situações marginais não obedecem às leis da estrutura dominante na sociedade, como faz Quijano inicialmente em suas análises, e em seguida, caracterizar a existência de uma marginalidade radical (aquela atribuída às sociedades latino-americanas) que se opõe por seus interesses, às estruturas dominantes e que, ademais, guardam o caráter de *necessidade*. Nas palavras de Cardoso:

“(…) é preciso cavar mais fundo na teia de relações econômicas e no processo histórico de formação das sociedades latino-americanas para entender melhor o caráter complexo dessa contradição, aparentemente incompreensível, que leva um modo de produção dado a gerar efeitos persistentes (a marginalidade), que seriam, simultaneamente, *necessários* e independentes, em sua existência social, das relações que o criaram e das leis que regem o todo do qual derivam.”⁷⁶

A posição de Cardoso acerca o nexa entre marginalidade e industrialização deve ser compreendida da seguinte forma: primeiramente, a marginalidade deveria ser entendida, basicamente, como produto da situação histórica na qual as economias periféricas estavam inseridas. Segundo, a existência da marginalidade não poderia ser, de modo algum, vista como um obstáculo ao processo de acumulação de capital nas economias dependentes. Tal posição torna-se mais clara na seguinte passagem:

⁷³ CARDOSO, F..H *O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios*, Rio de janeiro, Difel, 4º edição, 1979, Pág. 181

⁷⁴ CARDOSO, F..H, op. cit. (1979) Pág. 182

⁷⁵ CARDOSO, F..H, op. cit. (1979) Pág. 175

“O essencial reside em que cada modo de produção instaura sua lei de população, e o modo capitalista ‘fabrica’ tanto os trabalhadores de que necessita como sua reserva. Se isso cria um problema de emprego (e de fato, em certas circunstancias, isso é inegável), de miserabilidade e de marginalização, trata-se de um problema histórico importante por seus aspectos humanos e políticos, mas não deve confundir-se, no plano teórico com um problema que trone irrealizável a expansão capitalista.”⁷⁷

⁷⁶ CARDOSO, F..H, op. cit. (1979) Pág. 176

⁷⁷ CARDOSO, F..H. *As idéias em seu Lugar - Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993, pág. 82

CAP. IV - FHC SOCIÓLOGO VERSUS FHC POLÍTICO

No dia 5 de junho de 1993 foi publicada uma reportagem, na Folha de São Paulo, na qual se divulgou pela primeira vez a famosa frase - *“esqueçam o que escrevemos no passado, porque o mundo mudou e a realidade hoje é outra”* - que ficou conhecida dentro de nosso *“folclore político”* apenas por *“esqueçam o que escrevi”*- atribuída por empresários a Fernando Henrique Cardoso, o então ministro da fazenda do Governo de Itamar Franco. Desde então, abriu-se grande polêmica entre intelectuais brasileiros, gerando inúmeras críticas quanto à coerência entre as idéias apresentadas por Cardoso no passado e suas ações e preferências políticas no contexto atual.

1. FHC sociólogo versus FHC político

O debate entre intelectuais como José Luiz Fiori, Maria Sylvia Carvalho Franco, Francisco de Oliveira e Roberto Romano girou basicamente em torno de três questões: a primeira refere-se ao compromisso de FHC com a defesa do Estado Nacional, a soberania dos seus centros internos de decisão; a segunda ao compromisso de FHC com a justiça social, entendida como a superação das estruturas sociais assimétricas herdadas de uma sociedade colonial e com políticas de distribuição de renda; e a terceira ao compromisso de FHC com a defesa do jogo democrático e do Estado de Direito como forma de luta política. Sendo assim, existiria ou não coerência entre o que FHC escreveu no passado e o que ele pratica na política após assumir o cargo de Presidente da República? FHC sociólogo nos anos 60 e 70 divergia do FHC político e presidente dos anos 90? Teria ele radicalmente mudado sua posição política ou apenas estaria adaptando suas velhas convicções ao novo contexto da globalização? Seria ele um traidor de suas próprias idéias?

Fiori começa sua crítica à Fernando Henrique Cardoso relacionando o tipo de aliança política escolhida por ele e a direção que tomou sua política econômica (Plano Real) com o programa de estabilização e reforma econômica ditados pelo FMI e pelo Bird, como sendo um plano de ajustamento às economias periféricas, que recebeu o nome de Consenso de Washington ⁷⁸. Segundo Fiori, nos anos 90, o FMI e o Bird destacam a importância do “fator poder político” para o sucesso deste programa econômico. Isto pois a viabilidade deste dependeria da sustentação de um governo estável que deveria passar por, pelo menos, dois obstáculos: primeiro, o de ter a capacidade para fazer com que seus eleitores aceitem os efeitos sociais e econômicos do plano de estabilização, já que a implantação deste implicaria em altos custos sociais; segundo, que tal governo transmita credibilidade aos principais agentes econômicos mundiais (como por exemplo, os “analistas de risco” das grandes empresas de consultoria financeira), ou melhor, aos capitais “globalizados”. Sob esta análise, Fiori posiciona o Plano Real como a realização do plano de estabilização ditado pelo Consenso de Washington, e as alianças políticas realizadas por FHC com a direita da política brasileira como a coalizão de poder necessária para a sustentação de um governo forte e com sólidas maiorias parlamentares. Deste modo,

“o Plano não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial”, afirma Fiori.

A partir desta visão, o autor afirma que há coerência entre os ensaios de FHC sobre o empresariado industrial e a natureza associada e dependente do capitalismo no Brasil e suas atuais “preferências políticas e ideológicas”, contrariando as idéias de alguns intelectuais (como veremos mais adiante), desde que estendêssemos e atualizássemos as

⁷⁸ Tal programa seria basicamente dividido em três fases: 1) conseguir a estabilização macroeconômica; 2) realização das chamadas “reformas estruturais”, que consistiria na liberalização financeira e comercial, na desregulação dos mercados e na privatização das empresas estatais; 3) a última etapa é definida como a retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

análises de FHC “à nova situação estrutural, definida por uma internacionalização mais avançada ou globalizada do capitalismo, associada ao aumento de nossa sensibilidade interna às mudanças da economia mundial.” Isto pois, nos anos 60, FHC concluiu que a burguesia industrial nacional, que estava impedida de obter a hegemonia plena da sociedade por motivos estruturais, assumiu a posição “inevitável” de sócia menor do capitalismo mundial, associando-se economicamente e politicamente com os capitais internacionais e com o Estado, formando-se assim o tripé de sustentação econômica da fase de “internacionalização do mercado interno”. Nesta nova “situação estrutural”, na qual a globalização aparece como protagonista, este velho tripé e sua aliança com as elites políticas regionais entrara em crise: o sócio internacional “financeirizou-se”, o empresariado local ajustou-se a nível microeconômico de acordo com as medidas liberalizantes do Consenso de Washington e o Estado acabou falido financeiramente.

Fernando Henrique Cardoso aparece então nesta análise como o conhecedor deste problema entre esta articulação econômica e as alianças políticas, resolvendo deixar de lado seu “idealismo reformista” para ficar com seu “realismo analítico” na tentativa de reconduzir o seu “velho objeto de estudo, o empresariado brasileiro” à sua posição inevitável ainda de sócia menor e dependente do renovado e transformado, pela terceira revolução industrial e pela globalização financeira, capitalismo associado. Para tanto, sendo levado pelas circunstâncias políticas externas e internas, FHC não só teria aderido às medidas neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington como ainda teria optado por uma “aliança de centro-direita com o PFL”⁷⁹. E é nesta opção de FHC de “refundar a economia sem refundar o Estado brasileiro”, que o autor encontra o ponto de contradição entre as idéias de FHC e de seu passado reformista, porém não a falta de coerência entre os ensaios de FHC e suas atuais ligações políticas pois “ não há nenhuma incompatibilidade que impeça alguém de ser teoricamente dependentista e politicamente de direita”⁸⁰.

⁷⁹ Partido da Frente Liberal, que é historicamente a representação da elite conservadora do Brasil, sendo no passado a representação das velhas oligarquias e nos anos 70 / 80 a do “ bloco político de sustentação da ditadura ”, como afirmou Florestan Fernandes em artigo publicado pela Folha de São Paulo em 31/ 10 / 94.

De mesma opinião que Fiori encontra-se também, o ex-professor e orientador de FHC na Universidade de São Paulo, o sociólogo Florestan Fernandes, que afirmou que à FHC “cabia-lhe a liberdade e a responsabilidade de escolher. Mas a opção recaiu em uma tendência daninha, pelo que se observa na Europa, América Latina e Ásia.”⁸¹, referindo-se Florestan nesta última frase à tendência atual de certos países de seguirem as trajetórias políticas e econômicas do neoliberalismo, assim como ocorreu na Espanha (Era Gonzales), no México e na Argentina. Em artigo do jornal Folha de São Paulo, do dia 8 de agosto de 1994, Florestan posiciona-se claramente contrário quanto à opção feita por FHC de se aliar politicamente com o PFL, partido este definido pelo autor como “o lado conservador e reacionário da aliança”, que estaria se favorecendo da aliança feita com Cardoso e seu partido visando a continuidade de sua dominância no poder político: “preparam-se para permanecer no governo, agarrando-se à fabricação do melhor candidato e à articulação com o melhor partido para alcançar seus fins. Onde Collor falhou, Fernando Henrique Cardoso encontra amplas possibilidades de êxito, renovando e fortalecendo o monopólio do poder das ‘elites tradicionais’.”

Fernando Henrique estaria desta maneira “preso” por tais interesses internos (políticos), que estariam usando-o como um meio de maior credibilidade também aos interesses externos, para que ambos interesses possam alcançar seus fins. Na visão de Florestan o governo de FHC estaria condenado a incentivar uma política estreita e de continuidade prolongada e a absorver o tipo de dependência nascido da instrumentalização do Estado, da ciência e da tecnologia utilizada pelos países centrais, suas grandes empresas e globalização. Afirma o autor ainda que a nomeada centro-esquerda de FHC “malogrou teórica e praticamente, pela muita água que deixou que colocassem em seu vinho e por sua timidez diante da truculência das elites das classes dominantes.”⁸²

80 Fiori, J. L., citação no artigo “O profeta de si mesmo”, na Folha de São Paulo em 13 / 10 / 96.

81 Fernandes, F., em artigo publicado pela Folha de São Paulo em 31 / 10 / 94: “O novo presidente”, pp. 1-2

82 Artigo na Folha de São Paulo, em 14 de fevereiro de 1994, pp. 1-2.

Mas e se Fernando Henrique Cardoso realmente mudou de direção ideológica e política e não está sendo levado por meras circunstâncias internas e externas? E se esta mudança for deliberada e levada por sentimentos de vaidade e autoritarismo do próprio Cardoso? Esta é a opinião de autores como Francisco de Oliveira⁸³, que considera o regime do governo de FHC autoritário, na qual a esfera política estaria sobrepondo-se às demais esferas públicas, ou ainda, que o Executivo estaria subordinando o Legislativo e mesmo o Judiciário.

Mas a violência maior do governo de FHC se reflete em sua tentativa de regredir as relações sociais a pura mercadoria através de reformas e medidas provisórias, usando como justificativa o mito da estabilidade monetária. Os direitos sociais, conquistados e garantidos no decorrer de nossa história política são vistos pelo governo de FHC como ameaças à estabilidade do Real, já que eles aumentam o “custo Brasil”, assim como a baixa escolaridade entre os trabalhadores é transformada em explicação para o insignificante poder nacional de competitividade no mercado internacional. As mediações sociais (organizações, sindicatos, e outros mecanismos) construídas ao longo de nosso processo de democratização real acabam então obstruídas e destruídas pelo autoritarismo do governo FHC. As iniciativas da sociedade civil também ficariam assim subordinadas e reprimidas frente a ação do Estado.

Assim, para Oliveira: “A contradição do absolutismo fernandohenriquista, forma do neoliberalismo entre nós, que tem fortes raízes sociais, poderosamente amplificadas pela ação do governo, é que colherá os frutos – já os está colhendo - de um impressionante fortalecimento de seu poder pessoal na

forma de um Estado absolutamente desmoralizado, esfacelado e incapaz de devolver à sociedade normas de convivência social. Esta contradição, que não é um simples paradoxo, ocorre porque a antipolítica do presidente é uma prática que se faz em detrimento das mediações sociais construídas pelos dominados, pelas reivindicações que conferem materialidade à capacidade do Estado em deter o monopólio legal da violência.”

⁸³ Oliveira, Francisco de., “A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC”, em Novos Estudos - CEBRAP, n° 50, março/98.

Outra crítica realizada em torno desta discussão foi feita por Maria Sylvia Carvalho Franco (1996), que se fundamentou nas teses de Weber sobre a distinção entre a ética da responsabilidade, regida pelas conseqüências previsíveis dos atos individuais, e a ética da convicção, fundamentada nos princípios e valores intrínsecos em cada um. Seriam estas ordens éticas que regem a teoria e a prática.

Para Weber os conceitos de teoria e prática se distinguem entre si, porém encontram em seus limites os laços que existem entre eles. A ética da convicção procura o “valor de verdade de uma proposição científica”, busca-se uma verdade objetiva e pura, destituída de subjetivismo. A prática, no entender de Weber, trata-se do “valor de um imperativo prático enquanto norma”, ou ainda, as conseqüências previsíveis dos atos. Os laços entre a teoria e a prática encontra-se na forma de como o cientista formulará suas teorias, que estarão relacionadas com seus valores ou princípios, sendo que serão estes é que irão direcionar e adequar os meios aos fins. Abre-se então um campo de oportunidades para que tais fins possam ser atingidos, no qual poderemos também visualizar suas conseqüências. Assim os valores intrínsecos à teoria é que irão adequar os meios aos fins. Deste modo, a vocação científica não se afasta da ordem ética, dos princípios intrínsecos em cada indivíduo, já que *“tudo compreender não significa tudo perdoar”*, ou seja, a ética não se afastará das conclusões científicas, seja elas quais foram estarão sempre sendo julgadas pela ordem ética do cientista.

A ética da convicção encontra-se em constante luta com a realidade, tentando alcançar na prática maneiras de materializar seus princípios em fins. Weber conclui então que o cientista não deve se desvincular da ética, assim como o político responsável não deve esquecer-se da ciência. E como o estado monopoliza a violência legítima, faz se necessário entender a interioridade do político que detêm esse “direito”. Seguindo este caminho é que o autor define a vocação política.

O político weberiano é “apaixonado, prudente, criativo, responsável”, que possui paixão e prazer em exercer sua vocação política. A todos esses políticos é inerente o sentimento de poder, mas os seus desempenhos são antes de tudo definido pela paixão e

pelo devotamento à uma causa, que deve estar vinculada ao bem coletivo. Esta é a vocação do político, na qual a ética da responsabilidade do político estará sempre relacionada com a ética da convicção. Mas isto nem sempre ocorre, e é neste instante que surge o outro “tipo” de político, aquele que vai contra sua vocação ou que nunca a possuiu, o político levado pela vaidade, a “inimiga trivial da política”, a antipolítica. O político induzido pela vaidade põe em primeiro plano seu próprio interesse e não o interesse coletivo, negando a sua ética da convicção na formação de suas ações políticas.

Será neste segundo “tipo” de político em que Maria Sylvia C. Franco posicionará Fernando Henrique Cardoso. Para ela “(...) FHC recorre à própria glosa da diferença saber-poder, distribuindo os ‘falo como cientista’, daqui, ‘falo como político’ dali. Na verdade embrulha pressupostos valorativos (neoliberais) com ‘tendências’ empíricas (o atual capitalismo) a partir das quais se deduz escolhas políticas (ênfase na exploração do trabalho) e valida decisões éticas (servir aos dominantes e a si mesmo) (...)”. FHC teria acomodado então seus ideais anteriores, referentes à sua ética da convicção, às tendências existentes e dominantes no mundo atual e às oportunidades disponíveis, não praticando a “arte do possível”, definida por Weber como o esforço para colher o impossível que está para além dele. Assim, quando Cardoso acomoda seus princípios seguindo as tendências e restringindo o seu campo de oportunidades, renuncia a possibilidade de transformar o *status quo* e não criando nada de novo e importante nas estruturas existentes:

“No entorno do FHC separa-se convicção e responsabilidade para suprimir os princípios da primeira e magnificar, na Segunda, a simples eficácia, de modo tal que orientar-se pelas consequências, numa ponta, equivaleria a abolir os preceitos, na outra. Com tais justificativas da prática, adere-se, sem pejo, à ‘moral’ vigente. Revoga-se a hipocrisia, abona-se a desfaçatez.”

Cardoso teria traído seus próprios princípios quando foi tomado pela vaidade, que rege suas possibilidades visando o benefício próprio e não uma causa coletiva. Sua ética da convicção separa-se da responsabilidade, e esta restrita age de acordo com as tendências vigentes e hoje contrárias aos seus antigos ideais e ainda prováveis princípios éticos, subordinando a política à vaidade. Segue as tendências como forma de manter-se no poder, alimentando sua “mesquinha, irresponsabilidade e vanglória”. E como afirma Weber

“não pode haver caricatura mais ruinosa da política que a do mata-mouros que joga com o poder à maneira de um arrivista ou Narciso vaidoso, em suma, um adorador do poder em si mesmo.”

2. Afinal, quem foi eleito?⁸⁴

Dadas todas estas críticas, poderíamos realizar a seguinte questão: afinal, quem foi eleito? Esta foi a pergunta feita pelo escritor Carlos Heitor Cony, em um de seus artigos, que conseguiu sumarizar todas as críticas apresentadas nesta pesquisas. E é o próprio autor que responde aquela questão:

“No aspecto formal, as eleições que agora tivemos foram legítimas, com apuração eletrônica e severa fiscalização da mídia (...) Duvida-se, contudo, da representatividade de grande parte ou da maioria dos eleitos. A reeleição votada para beneficiar os atuais governantes, antes de mais nada, é uma fratura na legitimidade democrática. Não tenho paciência nem curiosidade para examinar caso por caso, limito-me ao eleito principal, que é o presidente da República, o mais visível beneficiário da reeleição que ele próprio arrancou do Congresso usando meios ilegítimos, como o suborno e a compra de votos. Elegemos quem afinal de contas? Um oportunista profissional que flutua no espectro político para exercer o poder nominal, deixando o poder de fato às circunstâncias da economia mundial, que está remetendo o Brasil ao estágio de colônia. Não de uma metrópole geograficamente definida, mas de um grupo de guarda-livros interessado em garantir a ‘ordem’ na economia internacional, ou seja, que os países ricos fiquem mais ricos e os países pobres mais pobres. Para elegermos um presidente desse porte, não precisaríamos de eleições. Bastar o FMI mandar para cá um contínuo bilíngüe.”

⁸⁴ Este subtítulo é uma reprodução do título do artigo citado de C.H.Conny

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, F.H. *As idéias em seu Lugar - Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento.* Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, F.H & FALLETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, F.H *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, Difusão Européia do livro, São Paulo, 1964

CARDOSO, F.H *O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Difel, 4ª edição, 1979

CARDOSO DE MELLO, J. M. *O Capitalismo Tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO FRANCO, M. S. *Vocação Política, poder, vaidade.* Folha de São Paulo, Mais!, pp. 5-5, 07/04/1996.

CONY, C.H. *Afinal, quem foi eleito?* . Folha de São Paulo, Opinião, pp. 1-2, 03/11/1998.

FERNANDES, F. *O novo presidente*, Folha de São Paulo, Opinião, pp. 1-2, 31/10/1994.

FERNANDES, F. *O limite da ingenuidade*, Folha de São Paulo, Opinião, pp. 1-2, 08/08/1994.

FIORI, J. L. *O profeta de si mesmo*, Folha de São Paulo, Mais!, pp. 6-5, 13/10/1996.

FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos* .Folha de São Paulo, Mais!, pp. .6-7, 03/07/1994.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado.* Rio de Janeiro, Insignt, 1995.

FURTADO, C. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, 2^o ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1981

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a dependência.* São Paulo: Paz e Terra, 1994

PALMA, G. *Dependência y Desarrollo: una visión crítica* ", In Seers D.(compilador) - *Teoría de la dependencia: una revolucion crítica.* Fondo de Cultura Económica - México, 1978.

OLIVEIRA, F. *A derrota da vitória: a contradição do absolutismo de FHC.* Novos Estudos - CEBRAP, nº 50, março/1998.

SAMPAIO Jr., P. S. A. *Entre a Nação e a Barbárie : uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente.* Tese de doutorado - UNICAMP - Instituto de economia, 1996.

TAVARES, M. C. *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*, em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio Sobre a Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973

TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. *Notas Sobre o Processo de Industrialização recente no Brasil - Desenvolvimento Capitalista no Brasil, ensaios sobre a crise*, vol. 1 org. Belluzzo, L.G. e Coutinho, R., vol. 1, Ed. Brasiliense

TAVARES, M. C. & SERRA, J. *Além da Estagnação*, em *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Ensaio Sobre a Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973